JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.07.30 06:59:18 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 30 de julho de 2026 • Nº 2351 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

TESOURO

# Dívida Pública supera R$ 9,2 tri em junho

A emissão forte de títulos vinculados à Taxa Selic (juros básicos da economia) fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em junho e superar R$ 9,2 trilhões. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 8,798 trilhões em maio para R$ 9,033 trilhões no mês passado, alta de 2,66%. Em maio deste ano, o indicador havia superado a barreira de R$ 9 trilhões. Apesar da alta, a dívida pública está abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R$ 9,7 trilhões e R$ 10,3 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 2,72%, passando de R$ 8,962 trilhões em maio para R$ 8,921 trilhões em junho. No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 143,35 bi em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis ligados à Selic. PÁGINA 3

CLIMA

## Rio tem duas mortes e um desaparecido após ventania

Duas pessoas morreram com o desabamento de um muro em Santa Teresa, depois da ventania que atingiu o estado do Rio de Janeiro na tarde desta quarta-feira. A informação é do Corpo de Bombeiros (CBMERJ), que registrou 185 ocorrências. Foram 93 quedas de árvores, 31 salvamentos de pessoas e 5 desabamentos. Um pescador está desaparecido em Tarituba, Angra dos Reis. A Secretaria de Estado de Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros dizem atuar de forma integrada e que um gabinete de crise foi instalado na Sala de Situação do Comitê de Enfrentamento ao El Niño. O Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais emitiu alerta sobre os efeitos da aproximação de uma frente fria pelo oceano, com impacto nas regiões Costa Verde, Sul II, Baixada Fluminense, Metropolitana, Baixada Litorânea e Norte Fluminense. A vigência é até às 7h de hoje. Diversos bairros do Rio ficaram sem luz durante a tarde. O Operador Nacional do Sistema Elétrico informou que, por causa dos ventos fortes, ocorreram desligamentos na rede de distribuição e transmissão a partir das 15h57. Houve impacto no Sistema Interligado Nacional que atende a área Rio. Às 16h38 houve o desligamento da Subestação Grajaú. A Light confirmou que uma ocorrência externa ao sistema afetou o fornecimento de energia em toda Zona Sul e o Centro, além dos bairros da Tijuca, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Aeroporto Santos Dumont suspendeu as operações entre 16h52 até 18h56.

TRABALHO FORÇADO

## Trabalhadores são resgatados em condições degradantes

PÁGINA 7

CAGED

# Brasil fecha junho com saldo positivo de 145.161 empregos

VALTER CAMPANATO/ABRASIL

O Brasil fechou o mês de junho com saldo positivo de 145.161 empregos com carteira assinada, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O resultado de junho decorreu de 2.220.131 admissões e de 2.074.970 desligamentos. O Caged é um indicador que mede a diferença entre contratações e demissões. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, credita a queda no número de vagas à política de juros do Banco Central (BC), que contrai a economia. O BC vem reduzindo em ritmo lento a taxa de juros básica da economia, a Selic. A autoridade monetária, em sua última reunião, fez um corte de 0,25 ponto percentual na taxa de juros, que ficou em 14,25% ao ano. PÁGINA 2

DESVIO DE EMENDAS

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

## Flávio Dino: Congresso terá que explicar como vai punir parlamentares

O ministro Flávio Di no (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), intimou o governo e o Congresso a especificarem como deputados e senadores podem ser punidos em caso de irregularidades na destinação de emendas parlamentares. O despacho foi proferido ontem, em nova ação movida pela Rede Sustentabilidade que defende o aumento da responsabilização dos parlamentares na execução dos repasses. O prazo fixado pelo ministro é de dez dias, mas vence somente em 19 de agosto devido ao recesso do Judiciário. O Executivo, a Câmara dos Deputados e o Senado deverão apresentar qual é a atuação de cada agente em todas as etapas do ciclo da despesa, informando de que forma o parlamentar autor da emenda pode ser responsabilizado. PÁGINA 6

## INDICADORES

IBOVESPA -1,52% / 173.885,34 / -2.679,41 / Volume: 7.338.720.000 / Negócios: 2.748.870

Mais Negociados

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| B3SA3 | 15,32 | –4,25 | –0,68 |
| ABEV3 | 15,90 | –1,24 | –0,20 |
| PETR4 | 42,00 | +1,92 | +0,79 |
| SBSP3 | 26,61 | 5,87 | –1,66 |
| COGN3 | 2,19 | +1,39 | +0,03 |

Maiores Altas

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| AZEV4F | D1,55 | +16,54 | +0,22 |
| FSRF11F | 0,08 | +14,29 | +0,01 |
| FSPE11F | 0,26 | +13,04 | +0,03 |
| AZEV4 | 1,50 | +11,94 | +0,16 |
| AZEV3F | 3,12 | +11,43 | +0,32 |

Maiores Baixas

| | Preço | % | Oscil. |
|---|---|---|---|
| TOKY3 | 0,290 | –21,62 | –0,080 |
| TOKY3F | 0,300 | –21,05 | –0,080 |
| ENJU3F | 0,690 | –13,75 | –0,110 |
| OIBR4F | 0,35 | –12,50 | –0,05 |
| NORD3 | 1,72 | –12,24 | –0,24 |

Bolsas no mundo

| | Fechamento | % |
|---|---|---|
| Dow Jones | 51.594,14 | -2,19 |
| S&P 500 | 7.316,15 | -1,52 |
| US Tech 100 | 26.616,8 | -1,49 |
| Euronext 100 | 1.899,86 | -0,25 |
| CAC 40 | 8.408,27 | -0,60 |
| FTSE 100 | 10.908,41 | +0,34 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Salário mínimo** | R$ 1.621,00 | **IGP-M** | -0,50% (jun.) | **EURO turismo** | |
| **Ufir-RJ** | R$ 4,9604 | **IPCA** | 0,16% (jun.) | Compra: 5,8551 | Venda: 6,0908 |
| **Taxa Selic** | | **CDI** | | **DÓLAR Ptax - BC** | |
| (17/06) | 14,25% | (17/06) | 14,75% | Compra: 5,1217 | +0,08% |
| **TR** | | **OURO** | | **DÓLAR comercial** | |
| (30/07) | 0,1711% | BM&F/grama/RJ | R$ 656,03 | Compra: 5,1074 | Venda: 5,1080 |
| **Poupança** | | **EURO Comercial** | | **DÓLAR turismo** | |
| (30/07) | 0,6738% | Compra: 5,8471 | Venda: 5,8477 | Compra: 5,1279 | Venda: 5,3079 |

MERCADOS

# Bovespa recua com setor financeiro, guerra e volatilidade pós-Fed

DENISE ABARCA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou a sessão em baixa, na mínima do dia, aquém dos 174 mil pontos, com volatilidade em terreno negativo após a divulgação do comunicado do Federal Reserve (Fed) e da entrevista coletiva do presidente da instituição, Kevin Warsh.

A reunião do Fed era o destaque da agenda de ontem, mas, antes disso, o índice já era pressionado pelo setor financeiro, por sua vez arrastado pelo tombo das ações do Santander Brasil, sem dar chance de que os ganhos firmes da Petrobras neutralizassem o impacto. Pesou ainda a piora do cenário geopolítico, com a retomada dos ataques mútuos entre EUA e Irã.

À tarde, os eventos relacionados ao Fed dominaram as atenções. A decisão de manter os juros na faixa entre 3,5% e 3,75% era amplamente esperada, mas houve dissenso, com três dos 12 diretores - Beth Hammack (Cleveland), Neel Kashkari (Minneapolis) e Lorie Logan (Dallas) - votando por aumento de 25 pontos-base.

Na reta final, as bolsas americanas acentuaram as perdas e levaram junto a Bolsa brasileira. Dow Jones fechou em baixa de 0,68%, Nasdaq caiu 2,13% e S&P 500, -1,29%.

Internamente, o setor financeiro foi o destaque negativo, com as Units do Santander despencando 7,37%, após o balanço divulgado antes da abertura ter desagradado.

Nas outras blue chips, Petrobras ON avançou 2,35% e a PN subiu 1,92%, favorecidas pelo salto de 7,32% do Brent, que voltou a se aproximar de US$ 90.

O Ibovespa encerrou em baixa de 1,52%, aos 173.885,34 pontos, na mínima. A máxima, estável, foi de 176.564 pontos. Na semana, passou a exibir queda de 0,09%. Em julho, sobe 1,08% e, em 2026, +7,92%. O giro da Bolsa nesta quarta foi de R$ 22,9 bilhões.

### DÓLAR

Passada a cautela e o compasso de espera com a decisão de juros do Federal Reserve (Fed) - que manteve a taxa dos Fed Funds inalterada no nível de 3,5% a 3,75% como o esperado -, o dólar passou a ceder ante o real, em linha com a desvalorização da divisa globalmente.

Após mínima a R$ 5,0891 à tarde e máxima a R$ 5,1417 pela manhã, o dólar à vista fechou em baixa de 0,27%, a R$ 5,1084. O contrato futuro para agosto cedia 0,42%, a R$ 5,11, por volta das 17h, enquanto o índice DXY - que mede a divisa americana contra seis pares fortes - recuava 0,47%.

CAGED

# Brasil fecha junho com saldo positivo de 145.161 empregos

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Brasil fechou o mês de junho com saldo positivo de 145.161 empregos com carteira assinada, segundo o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O resultado de junho decorreu de 2.220.131 admissões e de 2.074.970 desligamentos.

O Caged é um indicador que mede a diferença entre contratações e demissões.

O estoque de empregos formais no mês passado foi de 48.032.308, o que representa uma variação de 0,30% em relação ao estoque do mês anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, o saldo chega a 942.854 empregos.

Todos os cinco grandes agrupamentos apresentaram resultado positivo em junho.

O setor de Serviços fechou o mês com 74.514 postos e a Agropecuária registrou saldo de 22.898 vagas. O Comércio com 19.177, a Indústria ficou com 4.438 postos; a Construção Civil ficou com 14.136 vagas.

No mês passado, a região Sudeste veio na frente na geração de empregos com 70.383 postos, um incremento de 0,29% em relação a maio; o Nordeste, com 34.433 postos (0,43%); Centro-Oeste, com 19.617 postos (0,46%); o Sul com 10.453 postos (0,12%) e o Norte, com 9.633 postos (0,4%).

Entre os estados da federação, 25 tiveram saldo positivo. Em números absolutos, o destaque ficou com São Paulo, com 34.981 postos; Minas Gerais, com 20.805; e Rio de Janeiro, com 16.856 vagas.

Os estados com menor saldo foram o Espírito Santo, que apresentou saldo negativo de 2.259 vagas; Tocantins, também com saldo negativo de 135 postos, e Rondônia, que gerou 108 postos de trabalho.

Proporcionalmente, o destaque ficou para o Amapá, que gerou 1.111 vagas; o Acre, com 980 postos e Mato Grosso, com 8.258 postos.

### SALÁRIO

O salário médio real de admissão em junho foi de R$ 2.404,34. Comparado ao mês anterior, houve um aumento real de R$ 16,90 no salário médio de admissão.

Os jovens de 18 a 24 anos representaram 100.597 vagas nas contratações e os adolescentes até 17 anos, 24.833 vagas. Para o grupo de 25 a 29 anos, o saldo foi de 13.007 vagas e o de 30 anos ou mais, 6.724.

Os trabalhadores de raça/cor parda somaram 106.176 postos, enquanto a branca registrou 28.636 postos e a preta, saldo de 20.199 postos.

### EMPREGOS

Apesar do resultado positivo, os números do Caged mostram uma queda em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram criadas 161.999 vagas de emprego.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, credita a queda no número de vagas à política de juros do Banco Central (BC), que contrai a economia.

O BC vem reduzindo em ritmo lento a taxa de juros básica da economia, a Selic. A autoridade monetária, em sua última reunião, fez um corte de 0,25 ponto percentual na taxa de juros, que ficou em 14,25% ao ano.

"Isso é o comportamento da economia desacelerando e você tem como evidente a contradição dos juros", avalia Marinho.

O ministro também creditou os números ao tarifaço aplicado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a diversos produtos brasileiros e aos conflitos internacionais.

"São números positivos levando em consideração os juros que estamos praticando, levando em consequência o tarifaço e as guerras. O tarifaço e principalmente as guerras deram uma mexida no humor do petróleo global", acrescentou Marinho.

ABIMAQ

# Segmento de máquinas agrícolas não sofre com tarifaço de Trump

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O presidente da Câmara de Máquinas Agrícolas da Abimaq, Pedro Estevão, afirmou ontem que o segmento de máquinas e implementos agrícolas tem passado praticamente incólume em relação ao tarifaço anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O impacto, de acordo com ele, é muito pequeno para o mercado brasileiro de máquinas agrícolas, tanto do ponto de vista das exportações do setor quanto pelo efeito indireto sobre a renda do agricultor.

A primeira razão, de acordo com o dirigente, é a baixa exposição do segmento ao mercado americano. As exportações de máquinas agrícolas do Brasil para os EUA, disse, representam cerca de 0,8% do faturamento do setor. "Se não exportar mais nada para lá, cai 0,8%. Então, por esse lado, não teve nenhuma consequência", afirmou ele, durante entrevista coletiva em que a Abimaq divulgou os dados do setor de máquinas e equipamentos apurados ao longo do mês de junho.

Um segundo canal de impacto, de acordo com Estevão, seria via uma piora no preço e na comercialização de produtos agropecuários brasileiros, reduzindo a capacidade de investimento do produtor rural - principal cliente da indústria de máquinas. Ele ressaltou, porém, que itens relevantes para o Brasil, como café, carne e laranja, foram colocados como exceção e não entraram na lista de tarifas.

"Se tivessem taxado esses produtos, você teria um problema porque começaria a sobrar produto aqui e o preço podia até cair, mas ele deixou como exceção", disse o executivo, acrescentando que a decisão está ligada ao risco inflacionário nos EUA, por se tratarem de produtos importantes para o consumo do norte-americano.

Estevão reconheceu que outros itens foram atingidos, como frutas, mel e madeira, mas avaliou que se tratam de mercados menores para a indústria de máquinas agrícolas e com pouca influência sobre as vendas do ano. "Nesses mercados tem problema, mas são mercados pequenos para máquinas agrícolas, que não têm uma grande influência nas vendas do ano", afirmou, observando que esse efeito já estaria diluído no cenário de retração estimada para o setor.

O executivo apontou ainda um terceiro efeito, mais estratégico: o fechamento do mercado americano para futuras exportações brasileiras de máquinas agrícolas. Apesar de o volume atual ser reduzido, ele avaliou que os EUA eram um mercado grande e aberto, que poderia ser explorado adiante. "Praticamente ficou inviável a gente explorar isso agora", afirmou.

Ainda assim, Estevão concluiu que, no conjunto, a influência das tarifas anunciadas por Trump sobre as vendas de máquinas agrícolas no Brasil tende a ser limitada. "Em resumo, a influência do tarifaço do Trump no mercado em venda de máquinas agrícolas é muito pequena", reiterou.

REFEIÇÕES

# 99Food: contratos de exclusividade são reconhecidos pelo Cade

FLÁVIA SAID/AE

A 99Food disse que contratos de exclusividade são reconhecidos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) como formas legítimas de parceria comercial em diferentes mercados, incluindo o de delivery de refeições, desde que atendam a critérios de razoabilidade e promovam eficiência econômica.

"Este é exatamente o caso da 99Food, que, por meio desses contratos, viabiliza investimentos em restaurantes em benefício de consumidores e entregadores", disse a empresa em nota à Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado). Como mostrado na terça-feira, o órgão de defesa da concorrência deverá arbitrar no segundo semestre deste ano a disputa entre a Keeta Delivery Brazil e a 99Food no mercado de food delivery no Brasil.

A Keeta sustentou que a concorrente prevê, em seus contratos, cláusulas que impedem empreendimentos de escolherem livremente seus parceiros de negócios - no caso específico, sua plataforma de delivery.

A 99 colocou que a própria trajetória de crescimento da Keeta na região metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista passa pela execução de contratos que, efetivamente, resulta em exclusividades de fato, "o que evidencia que essa prática não é apenas lícita, mas faz parte natural da dinâmica competitiva do setor".

"Nesse sentido, não se deve falar em cláusulas de 'banimento'. Esta é uma narrativa falsa que pretende, erroneamente, apresentar o aumento da concorrência no mercado como algo negativo", prosseguiu.

Outro ponto elencado pela empresa foi o de que existe hoje no mercado um ambiente de preocupação quanto a qualquer interferência abrupta em contratos vigentes, em especial por via judicial e sem os devidos cuidados, que possa exigir a devolução de valores de investimento já incorporados às operações dos restaurantes.

Por fim, a 99Food disse ser uma empresa entrante que não possui poder de mercado para restringir a concorrência, e muito menos para banir outra empresa. "A única empresa no mercado com essa capacidade hoje é o iFood. Essa narrativa não para de pé quando consideramos que toda atividade empresarial é acompanhada de riscos inerentes e que nenhuma empresa, em qualquer mercado, pode ter a expectativa de não enfrentar a competição de seus rivais."

RODOVIAS

# Motiva: lucro líquido ajustado soma R$ 663 milhões no segundo trimestre

ELISA CALMON/AE

A Motiva reportou lucro líquido ajustado consolidado de R$ 663 milhões no segundo trimestre de 2026, crescimento de 67% ante igual intervalo de 2025. Já o lucro líquido societário consolidado cresceu 57,5% na mesma base comparativa, atingindo R$ 1,413 bilhão.

O lucro líquido ajustado exclui um efeito contábil, sem impacto no caixa da companhia, relativo à compra da Minas_SP (Fernão Dias) no valor aproximado de R$ 750 milhões. A operação da rodovia, que conecta a cidade de São Paulo com Belo Horizonte, foi iniciada em 2 de abril.

Os resultados do trimestre mostram que a Motiva segue evoluindo de forma consistente em sua estratégia, capturando os benefícios da otimização do portfólio e do crescimento seletivo, segundo o CEO da companhia, Miguel Setas. "Com o início das novas concessões rodoviárias, fortalecemos as nossas operações no País Esses avanços refletem um modelo de negócio resiliente, baseado em excelência operacional, disciplina financeira e no rigor na execução da nossa estratégia", acrescentou.

O Ebitda ajustado consolidado da empresa foi de R$ 2,370 bilhões entre abril e junho, 30,1% maior do que um ano antes, com destaque para a contribuição de R$ 370 milhões das concessionárias Minas-SP (Fernão Dias), Paraná, Motiva Pantanal e Sorocabana. A margem Ebitda ajustada consolidada ficou em 65,3%, crescimento de 4,7 pontos porcentuais.

A receita líquida ajustada cresceu 20,8% no mesmo intervalo de comparação, de R$ 3,006 bilhões para R$ 3,631 bilhões. O indicador também foi impactado positivamente pelo sólido desempenho operacional nas plataformas de Rodovias e Trilhos e por reajustes tarifários.

A receita e o Ebitda reportados no segundo trimestre de 2026 não contabilizam os números da plataforma de Aeroportos, tendo em vista o acordo de venda do ativo para o grupo mexicano ASUR, assinado em novembro de 2025. A partir desta data, os valores relacionados à unidade passaram a ser consolidados na linha Resultado das Operações Descontinuadas, com efeito sobre o cálculo do lucro líquido da Companhia.

Desconsiderando a plataforma de Aeroportos, a relação OPEX (Caixa)/Receita Líquida Ajustada atingiu 34,1% nos últimos doze meses, uma redução de 3,7 pontos porcentuais em relação ao segundo trimestre de 2025, que foi de 37,8%.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação

**PUBLICIDADE:** publicidade@diariodoacionista.com.br
**REDAÇÃO:** redacao@diariodoacionista.com.br
**SERVIÇOS NOTICIOSOS:** Agência Estado e Agência Brasil

ANJ Associação Nacional de Jornais

ACESSE NOSSO SITE

TESOURO

# Dívida Pública sobe 2,61% em junho e supera R$ 9,2 tri

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A emissão forte de títulos vinculados à Taxa Selic (juros básicos da economia) fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em junho e superar R$ 9,2 trilhões. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 8,798 trilhões em maio para R$ 9,033 trilhões no mês passado, alta de 2,66%.

Em maio deste ano, o indicador havia superado a barreira de R$ 9 trilhões. Apesar da alta, a dívida pública está abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R$ 9,7 trilhões e R$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 2,72%, passando de R$ 8,962 trilhões em maio para R$ 8,921 trilhões em junho. No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 143,35 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis ligados à Selic. A alta foi reforçada pela apropriação de R$ 85,16 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 14,25% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 149,49 bilhões em títulos da DPMFi. Desse total, R$ 102,57 corresponderam a títulos vinculados à Selic. Os resgates em junho somaram apenas R$ 6,14 bilhões, baixo para os padrões do Tesouro Nacional, num mês quase sem vencimentos.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 2,12%, passando de R$ 340,49 bilhões em maio para R$ 347,71 bilhões em junho. O principal fator foi a alta de 2,37% do dólar no mês passado.

## COLCHÃO

Após quedas nos últimos meses, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) subiu. Essa reserva passou de R$ 1,211 trilhão em maio para R$ 1,346 trilhão em junho, o maior nível desde o início da série histórica, em 2015. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foram as emissões superiores aos resgates no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 8,33 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1,86 trilhão em títulos federais.

## COMPOSIÇÃO

Com a forte emissão de títulos vinculados à Selic, a composição da DPF variou da seguinte forma de maio para junho:

- Títulos vinculados a Selic: 48,99% para 49,32%;
- Títulos corrigidos pela inflação: 26,26% para 25,9%;
- Títulos prefixados: 21% para 21,04%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3,75% para 3,74%.

O PAF prevê que os títulos encerrarão o ano nos seguintes intervalos:

- Títulos vinculados a Selic: 46% a 50%;
- Títulos corrigidos pela inflação: 23% a 27%;
- Títulos prefixados: 21% a 25%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3% a 7%.

Normalmente, os papéis prefixados (com taxas definidas no momento da emissão) indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeria a administração da dívida do governo.

Em relação aos papéis vinculados à Selic (juros básicos da economia), esses títulos estão atraindo o interesse dos compradores por causa dos juros altos definidos pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa.

## PRAZO

O prazo médio da DPF caiu de 4,07 para 4,01 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

## DETENTORES

A composição dos detentores da Dívida Pública Federal interna ficou a seguinte:

- Instituições financeiras: 31,76% do estoque
- Fundos de pensão: 22,52%
- Fundos de investimentos: 22%
- Não-residentes (estrangeiros): 9,95%
- Demais grupos: 13,77%

Com a maior tensão no mercado financeiro em junho, com a guerra no Oriente Médio, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu em relação a maio, quando estava em 10,14%. Quanto maior a fatia de estrangeiros na dívida interna, maior a confiança no Brasil.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

RECEITA

# Novo sistema alfandegário agiliza desembarque de viajantes

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Quem chega ao Brasil de avião com bens que precisam ser declarados à Receita Federal poderá passar mais rapidamente pela alfândega. O órgão passou a adotar um sistema que registra automaticamente parte das Declarações Eletrônicas de Bens de Viajantes (e-DBV), dispensando, em muitos casos, o atendimento presencial antes da saída do aeroporto.

A nova funcionalidade entrou em operação na tarde de segunda-feira passada e vale, inicialmente, para passageiros do transporte aéreo internacional.

Segundo a Receita Federal, a medida faz parte da modernização dos procedimentos de controle aduaneiro e busca tornar o desembarque mais rápido, sem reduzir a capacidade de fiscalização.

## O QUE MUDA

Até agora, quem preenchia a e-DBV para declarar bens trazidos do exterior normalmente precisava comparecer ao setor da alfândega para que a declaração fosse analisada antes de deixar a área de desembarque.

Com o novo sistema, isso deixa de ser necessário para parte dos viajantes.

Após o envio da declaração, o próprio sistema da Receita faz uma análise automática das informações. Se a operação for considerada de baixo risco, a declaração é registrada imediatamente e o passageiro pode seguir para a saída do aeroporto sem passar pelo atendimento presencial.

Os casos que exigirem verificação continuarão sendo encaminhados para análise dos auditores da Receita Federal.

## COMO FUNCIONA

O procedimento para o viajante praticamente não muda. A principal diferença acontece depois que a declaração é enviada.

Se o sistema identificar necessidade de conferência, o aplicativo informará que a declaração continuará sujeita aos procedimentos normais de fiscalização.

## DECLARAÇÃO

A nova ferramenta não altera as regras sobre quem deve apresentar a declaração.

Continuam obrigados a preencher a e-DBV os viajantes que se enquadrarem nas situações previstas pela legislação, como aqueles que retornam ao Brasil com bens acima da cota de isenção ou produtos sujeitos à tributação e ao controle da Receita Federal.

A novidade muda apenas a forma como a declaração é processada, não a obrigação de declarar.

A lista de isenções, cotas, limites de quantidade, tanto para viagens como para compras em free shops, está disponível na página da Receita Federal na internet.

## FISCALIZAÇÃO

A Receita Federal destaca que a automatização não reduz o poder de fiscalização do órgão. Na prática, o novo sistema apenas direciona o trabalho dos fiscais para os casos considerados de maior risco.

## OBJETIVO

Segundo a Receita Federal, a medida segue o modelo de gerenciamento de risco já utilizado em outras atividades da administração aduaneira.

A ideia é que as declarações com menor probabilidade de apresentar irregularidades sejam processadas de forma automática, reduzindo filas e tempo de espera nos aeroportos, enquanto os servidores concentram esforços nas operações que realmente demandam análise detalhada.

A expectativa é acelerar o desembarque de milhares de passageiros sem comprometer o controle sobre a entrada de mercadorias no país.

SISTEMA

# TCU vê irregularidades em emendas Pix e dá 120 dias para governo resolver

JOÃO CAIRES
E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem, que o Ministério da Gestão e da Inovação ajuste sua ferramenta de gerenciamento e monitoramento de destinação e aplicação de transferências especiais, as emendas Pix. O ministro Walton Alencar, que relatou o processo, foi apoiado pelos demais ministros da Corte por unanimidade.

"Fica determinado ao ministério, que no prazo de 120 dias, atualize o módulo de transferências especiais do sistema da Pasta a fim de obstar a possibilidade de os entes beneficiários realizarem alterações das informações do plano de trabalho das transferências especiais", afirmou o ministro durante a sessão plenária.Segundo Alencar, foram identificadas irregularidades em 82% das transferências analisadas e em 82,4% dos beneficiários fiscalizados. Os prejuízos ou potenciais prejuízos ao erário somam aproximadamente R$ 50 milhões, o equivalente a cerca de 25% dos recursos examinados, ele disse.

Alencar informou ainda que as irregularidades encontradas motivaram a abertura de tomadas de contas especiais para buscar o ressarcimento dos recursos e de processos de representação para aprofundar a apuração de casos considerados graves ou gravíssimos. O relator afirmou que as auditorias apontaram elevado número de irregularidades na aplicação dos recursos, baixo índice de transparência e rastreabilidade e pulverização dos repasses.

O ministro também disse que, nos casos em que foram identificados indícios de fraude em licitações, contratações irregulares ou participação de empresas declaradas inidôneas, os fatos foram comunicados às autoridades competentes para apuração de eventuais crimes.

**RECEBIMENTO DE LICENÇA**

**CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO RAINBOW PARK, inscrito no CNPJ sob o nº. 02.500.738/0001-43**, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SMDU/SUBCLA, através do processo nº EIS-PRO-2023/10061, Licença Ambiental Municipal de Operação nº 74/2026 para operar Estação de Tratamento de Esgotos, situada na Estrada do Pau Ferro nº378, Pechincha – Rio de Janeiro.

**Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol**
**Em Recuperação Judicial**
CNPJ sob o nº 47.589.413/0001-17
**AVISO AOS ACIONISTAS**

Nos termos do Art. 133, da Lei nº 6.404/76, a Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), inscrita no CNPJ sob o nº 47.589.413/0001-17, comunica aos seus acionistas que se encontram à sua disposição, na sede na Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Prédio Pacific, bloco 2, sala 502, bairro Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-028, os documentos relativos às contas dos exercícios sociais de 2024 e 2025, cuja aprovação será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária, a ser convocada oportunamente. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2026. Ricardo Almeida de Abreu (Diretor). (28, 29 e 30/07/2026)

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

**CONTRATAÇÃO 214/2026**

O Pregoeiro André Luís Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 214/2026 no dia 11/08/2026 às 14h. **Objeto: Aquisição de próteses para cirurgia cardíaca** (enxerto em ptfe anelado, enxerto tubular de ptfe, enxerto tubular de ptfe e etc.) Processo nº 33409.003424/2026-30. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

**CONTRATAÇÃO 198/2026**

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 198/2026 no dia 11/08/2026 às 11h00min. - Objeto: **Aquisição de Materiais Hospitalares - Geral - EPI 2 - Máscaras, Toucas e Outros (escova para degermação, gorro cirúrgico, máscara de uso médico-hospitalar e etc.)** Processo nº. 33409.008505/2025-45. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol**
**Em Recuperação Judicial**
CNPJ sob o nº 47.589.413/0001-17
**Edital de Convocação**

Ficam convidados os senhores acionistas da Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 06/08/2026, às 11:00 do Horário de Brasília, de forma presencial, na sede na Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Prédio Pacific, bloco 2, sala 502, bairro Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-028, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Ratificação das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas no ano de 2025 e 2026; (ii) Deliberação acerca da alteração do Estatuto Social, especificamente das Seções II e III, referente ao Conselho de Administração e à estrutura da Diretoria Executiva. Nos termos do art. 16, §5º, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário constituído há menos de 1 (um) ano, desde que seja acionista, representante legal do respectivo acionista ou advogado. Por fim, informa-se que a documentação pertinente às matérias constantes na ordem do dia encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, desde a publicação deste edital, nos termos do art. 135, §3º, da Lei nº 6.404/1976. RJ, 27/07/2026. **Ricardo de Almeida Abreu**, (Diretor). (30, 31/07 e 01/08/2026)

**Essor Seguros S.A.**
CNPJ/MF nº 14.525.684/0001-50 – NIRE 33.300.303.081
**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2026**

**Data, Hora e Local:** Aos 19/03/2026, às 10h00, por videoconferência, considerada como realizada na sede. **Convocação e Quórum:** Verificou-se a presença de todos os Conselheiros, tornando-se dispensável a convocação. **Mesa: Presidente:** Sr. Fabio Henrique Ferreira de Pinho; e **Secretária:** Sra. Leticia Wienskoski. **Deliberações:** O Conselho de Administração, por unanimidade, deliberou: **(I)** Aprovar a eleição do Sr. **Fernando Viana dos Reis**, portador do documento de identidade nº 32.941.506-2 (SSP), e do CPF nº 338.832.278-38, ao cargo de Diretor, com mandato de 19/03/2026 até 26/02/2027. O Diretor eleito toma posse do cargo e declara que não está incurso em quaisquer dos crimes ou sujeito a quaisquer outros impedimentos previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil, bem como reconhece que a eleição está sujeita à análise e homologação pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **(II)** Alterar e consolidar as funções dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, conforme a seguir: **Funções executivas ou operacionais:** 1.1. Diretor responsável pelas relações com a Susep, Sra. **Vanessa Stephanie Medina Arteaga**; 1.2. Diretor responsável técnico, Sr. **Leandro Evangelista Poli**; 1.3. Diretor responsável administrativo-financeiro, Sr. **Fernando Viana dos Reis**; 1.4. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, Sr. **Fernando Viana dos Reis**; 1.5. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas, Sr. **Leandro Evangelista Poli**; 1.6. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, Sr. **Leandro Evangelista Poli**; 1.7. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações, Sr. **Leandro Evangelista Poli**; e 1.8. Diretor responsável pela política institucional de conduta, Sr. **Márcio Jorge Feital Peixoto da Silva**; 1.9. Diretor estatutário para responder pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente previstos na regulamentação em vigor, Sr. **Fernando Viana dos Reis**. **Funções de caráter fiscalizatório ou controle:** 1.10. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro, Sra. **Marlene Barbosa Pamplona**; e 1.11. Diretor responsável pelos controles internos, Sra. **Marlene Barbosa Pamplona**. **(III)** Consolidar a composição da Diretoria Executiva, conforme a seguir: a) **Elizeu Barbosa Soares**, portador do Registro Geral de Identidade nº 09159451-5, IFPRJ, e do CPF/MF nº 012.205.077-09, no cargo de Diretor; b) **Elvira Lanzillotta,** portadora do registro de identidade nº10394248-8, IFPRJ, e do CPF/MF nº 069.612.737-77, no cargo de Diretora; c) **Fernando Viana dos Reis**, portador do documento de identidade nº 32.941.506-2 (SSP), e do CPF nº 338.832.278-38, no cargo de Diretor; d) **Leandro Evangelista Poli,** RG nº 20.729.963-8, CPF/MF nº 166.314.758-21, no cargo de Diretor; e) **Márcio Jorge Feital Peixoto da Silva**, portador da CNH nº 00420581751, DETRAN-RJ, e do CPF/MF nº 023.462.957-60, no cargo de Diretor; f) **Marlene Barbosa Pamplona**, RG. 16.581.096-8 – SSP, SP, CPF/MF nº 083.695.288-05, no cargo de Diretora de Controles Internos; g) **Vanessa Stephanie Medina Arteaga,** portadora do documento de registro geral sob o nº 054.205.097-84, no cargo de Diretora Presidente Interina.

| Nome | Início do mandato | Fim do mandato |
|---|---|---|
| Elizeu Barbosa Soares | 26.02.2024 | 26.02.2027 |
| Elvira Lanzillotta | 26.02.2024 | 26.02.2027 |
| Fernando Viana dos Reis | 19.03.2026 | 26.02.2027 |
| Leandro Evangelista Poli | 26.02.2024 | 26.02.2027 |
| Márcio Jorge Feital Peixoto da Silva | 26.02.2024 | 26.02.2027 |
| Marlene Barbosa Pamplona | 26.02.2024 | 26.02.2027 |
| Vanessa Stephanie Medina Arteaga | 26.02.2024 | 26.02.2027 |

**Encerramento:** Nada mais a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Rio de Janeiro (RJ), 19/03/2026. **Mesa: Fabio Henrique Ferreira de Pinho** – Presidente; **Leticia Wienskoski** – Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 23/07/2026 sob o nº 00007922428 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2026/00778277-0 de 20/07/2026. André Rodrigues Marques de Souza Silva – Secretário Geral.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

**INVERNO:** Muitas nuvens durante o dia, com aberturas de sol. Manhã Tarde Noite 25º 16º 5% 06:45 17:41

VENTANIA

# Pessoa morre em Santos após ser atingida por árvore

ADRIANA VICTORINO/AE

Uma pessoa morreu ontem, após ser atingida por uma árvore durante uma forte ventania em Santos, no litoral paulista. A informação foi confirmada pela Defesa Civil. No município da Baixada Santista, os ventos atingiram 83,7 km/h. Ainda não há informações sobre a identidade da vítima e circunstâncias da morte.

O órgão informou que, até às 13h10 desta quarta-feira, as maiores rajadas de vento foram registradas em Taquarituba, no interior do Estado, com 117 km/h, em Itanhaém, na Baixada Santista, com 111 km/h, e em Itaporanga, na região de Itapetininga, com 96,8 km/h.

O Governo de São Paulo mobilizou o Gabinete de Crise durante a passagem de uma frente fria que deve atingir o Estado entre quarta-feira e quinta-feira, 30. O órgão reúne representantes das principais instituições estaduais, concessionárias de energia elétrica, órgãos reguladores, polícias e Corpo de Bombeiros.

PARANÁ PESQUISAS

# Tarcísio tem 51,8% das intenções e Haddad, 38,3%, no segundo turno

FABRÍCIA BRAGA/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem 51,8% das intenções de voto, enquanto o ex-ministro Fernando Haddad (PT) aparece com 38,3%, em eventual segundo turno na disputa pelo governo de São Paulo, conforme levantamento divulgado ontem, pelo Instituto Paraná Pesquisas.

Outros 6,5% dos entrevistados afirmaram que votariam em branco, nulo ou em nenhum dos candidatos, enquanto 3,3% não souberam responder.

Segundo a pesquisa, Tarcísio lidera a corrida pelo Palácio dos Bandeirantes no cenário de primeiro turno. O atual chefe do Executivo paulista tem 48,5% das intenções de voto no cenário de primeiro turno, enquanto o ex-ministro ocupa a segunda posição, com 35,1%. Na pesquisa anterior, de maio, Tarcísio aparecia com 45,6% das intenções de voto, enquanto Haddad tinha 34,1%.

O levantamento é o primeiro do instituto a incluir os nomes de Vera Lúcia (PSTU), Carlos Machado (PCB) e Vivian Mendes (UP) na disputa estadual, ampliando o número de candidatos apresentados aos eleitores. Mesmo com a entrada de novos nomes, Tarcísio e Haddad permanecem concentrando a maior parte das intenções de voto.

Os dados mostram os demais candidatos com porcentuais abaixo de 2%: Vera Lúcia registra 1,7%; Carlos Machado, 1,1%; e Vivian Mendes, 0,9%. Eleitores que declararam intenção de votar em branco, nulo ou nenhum candidato representam 7,9%, enquanto 4,8% não souberam ou não responderam.

### REJEIÇÃO

O levantamento também mediu a rejeição dos candidatos. Haddad aparece como o nome mais rejeitado entre os eleitores paulistas, com 42,9%. Tarcísio registra 27,1%.

Entre os demais candidatos, Vera Lúcia tem rejeição de 9,8%; Carlos Machado, 8,4%; e Vivian Mendes, 7,7%. Outros 13,9% não souberam ou não responderam, e 7,3% disseram que poderiam votar em todos os nomes apresentados.

CONCESSÕES

# MP investiga falhas graves ocorridas em linhas da Trivia

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) instaurou um inquérito civil na terça-feira passada para apurar as falhas registradas nas Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade dos trens paulistanos, ocorridas no dia 23 de julho, três dias após a empresa Trivia Trens assumir a operação.

A Promotoria de Justiça do Consumidor também apurará o período de operação anterior, pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), além da atuação da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) e da Secretaria de Transportes Metropolitanos na fiscalização da concessão.

A concessionária informou que a interrupção entre as estações Brás e Sebastião Gualberto, afetando também o Serviço Expresso Aeroporto ocorreu devido a uma falha de energia. Além disso, um incêndio atingiu um dos trens nas proximidades da Rua Bresser, no centro da cidade.

Com os problemas nas três linhas, muitos passageiros tiveram de sair dos comboios e estão andando sobre os trilhos. Devido a todo esse problema, as estações ficaram lotadas, o que afetou também o trânsito no entorno. O sistema de ônibus Paese (Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência) foi acionado.

Diante de todos os transtornos, a Artesp determinou que a CPTM retomasse a operação das linhas por um período inicial de até 90 dias. A medida foi tomada pela própria Artesp e pelo governo de São Paulo para "garantir a qualidade do serviço e prevenir falhas como as registradas nos primeiros dias de operação assistida sob responsabilidade da operadora".

"O que nós vimos nos últimos dois dias, especialmente hoje, é inaceitável. Como fiscalizadores e reguladores do contrato, estamos agindo de modo imediato. A ideia é a volta da CPTM para operação, porque o que nós vimos realmente é muito ruim, muito penoso para o cidadão", disse o diretor-presidente da Artesp, André Isper.

Na ação a promotoria pede à Artesp informações sobre todas as ocorrências registradas nas três linhas desde a operação assistida, eventuais procedimentos fiscalizatórios, sanções aplicadas, o ato que determinou o retorno temporário da operação à CPTM e o histórico de desempenho das linhas desde 2021.

Da CPTM, foram solicitados esclarecimentos sobre as falhas, relatórios técnicos, informações sobre as medidas emergenciais adotadas após o apagão de 23 de julho e o plano de ação para o período de retomada da operação.

A Trivia Trens deverá apresentar relatório detalhado de todas as falhas operacionais desde o início da concessão, informações sobre o princípio de incêndio, o número de reclamações de usuários, medidas de ressarcimento adotadas e comprovação da contratação de seguro de responsabilidade civil.

Também foram oficiados o Corpo de Bombeiros, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e a Prefeitura de São Paulo para prestarem informações relacionadas aos impactos dos episódios.

"A portaria também ressalta que, ainda durante a operação assistida, houve aumento de 275% nas ocorrências registradas na Linha 11-Coral em relação ao mesmo período do ano anterior, lembrando que as três linhas já eram alvo de procedimentos relacionados a problemas operacionais quando administradas pela CPTM", diz o MP-SP.

MP

# Ação em São José dos Campos mira lavagem de dinheiro ligada ao PCC

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e a Polícia Civil expediram mandados de busca e apreensão contra suspeitos de atuarem em um esquema de lavagem de dinheiro ligado ao Primeiro Comando da Capital (PCC), na cidade de São José dos Campos, no interior do estado.

Nesta quarta-feira, foram cumpridos três mandados de busca e apreensão, bem como foi decretado o bloqueio de veículos e imóveis de alto padrão e também de R$ 2,5 milhões.

Os envolvidos utilizavam pessoas jurídicas para realizar negociações imobiliárias com o objetivo de ocultar a origem, a localização e a propriedade de recursos, provenientes do tráfico de drogas. A investigação foi iniciada porque as movimentações patrimoniais eram incompatíveis com a capacidade financeira dos envolvidos.

A investigação aponta que os suspeitos destinavam o dinheiro para um ex-integrante do PCC, que foi condenado na Operação Boate Azul, deflagrada pelo Gaeco no ano de 2016. O criminoso, já morto, comandava o tráfico de drogas na região sul da cidade.

Além disso, um dos alvos da investigação já havia sido sentenciado a 13 anos e 2 meses de reclusão por falsidade ideológica, porte de arma e tráfico de drogas, por meio da operação de 2016.

### OPERAÇÃO BOATE AZUL

Em 2016, a Gaeco deflagrou a Operação Boate Azul, que resultou na prisão de 23 pessoas que participavam de uma organização criminosa que dominava o tráfico de drogas na zona sul de São José dos Campos. Segundo o Ministério Público, a organização criminosa era chefiada por um membro do PCC.

Foram presas 14 pessoas durante a operação, além de outras nove que já haviam sido presas em flagrante por tráfico de drogas. Também foram apreendidos mais de 100 quilos de pasta base de cocaína e maconha, armas e documentos.

A segunda fase da operação teve início em outubro de 2017, quando 30 policiais civis foram denunciados de participarem da organização criminosa. Além dos agentes civis, uma advogada e outras quatro pessoas foram condenadas por tráfico de drogas, extorsão e corrupção.

Dos 30 policiais civis processados, 26 receberam condenações por improbidade administrativa. As penalidades impostas incluíram a perda do cargo público, a suspensão dos direitos políticos que variam de três a oito anos, além do pagamento de multa civil fixada em 30 vezes o montante de seus vencimentos.

Além disso, os agentes públicos foram condenados, de forma solidária, ao pagamento de uma indenização estipulada em R$ 2 milhões a título de danos sociais, valor este sujeito a atualização monetária e incidência de juros.

Por fim, a Justiça de São José dos Campos condenou mais cinco pessoas por lavagem de dinheiro, em outubro de 2023.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 25ª (VIGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série única da 25ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 15 do "*Termo De Securitização De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 25ª Emissão*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia **18 de agosto de 2026, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (ix), da "*Cédula de Crédito Bancário*" ("CCB"), em razão da entrega intempestiva das Demonstrações Financeiras anuais consolidadas da Devedora, referente a 2026, que foram entregues em 08 de junho de 2026, conforme a Cláusula 10.1, item (a), da CCB; II. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em decorrência da entrega intempestiva das Demonstrações Financeiras dos Avalistas, referente a 2026, que foram entregues em 20 e 21 de julho de 2026, conforme a Cláusula 4.1, item (xii), do "*Instrumento Particular De Contrato De Cessão De Créditos Imobiliários E Outras Avenças*" ("Cessão de Créditos"); III. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em virtude do envio intempestivo da declaração de imposto de renda dos Avalistas, pessoa física, referente a 2026, que foram entregues em 08 de junho de 2026, conforme a Cláusula 10.1, item (b), da CCB; IV. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (xxxv), alínea (a), da CCB, em razão da ausência de envio da Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), conforma as Cláusulas 10.1, da CCB; V. Aprovar a não decretação de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.2, subitem (ix), da CCB, em virtude do não envio da declaração que visa demonstrar a não ocorrência de qualquer evento que gere ou possa gerar a obrigação de pagamento do vencimento antecipado, conforme a Cláusula 10.1, da CCB; VI. Caso aprovado os itens "iv" e "v" acima, conceder prazo adicional de 15 (quinze) dias, contadas da celebração da data desta assembleia, para o cumprimento das obrigações mencionadas; VII. Aprovar a alteração da Cláusula 10.6, do Termo de Securitização, para que passe a vigorar, conforme seguinte redação: "10.6 Liberação da AFI. A Devedora poderá requerer à Emissora a liberação da(s) Alienação(ões) Fiduciária(s) de Imóveis que recai sobre as Unidades. Sendo certo que, para que o procedimento de liberação da(s) Alienação(ões) Fiduciária(s) de Imóveis seja realizado, as condições abaixo devem ser integralmente observadas: (i) A Devedora deverá enviar à Emissora requerimento solicitando a liberação da(s) respectiva(s) da(s) Alienação(ões) Fiduciária(s) de Imóveis, acompanhado de: (i) relatório de repasses aprovados (incluindo a informação do valor do saldo devedor do respectivo Adquirente da Unidade a ser liquidada por meio do repasse) que deve ser validado pelo Agente de Monitoramento; e (ii) a comprovação do recebimento da totalidade dos recursos oriundos da venda respectiva Unidade na Conta do Patrimônio Separado; (ii) Caso a Devedora realize a antecipação de recursos referente a determinada unidade, ela deverá enviar à Emissora, via e-mail com cópia ao Servicer, o requerimento solicitando a liberação da(s) respectiva(s) da(s) Alienação(ões) Fiduciária(s) de Imóveis, acompanhado de: (i) relatório de repasses aprovados (incluindo a informação do valor do saldo devedor do respectivo Adquirente da Unidade a ser liquidada por meio do repasse); (ii) a comprovação do recebimento da totalidade dos recursos oriundos da venda respectiva Unidade na Conta do Patrimônio Separado; e (iii) a formalização via e-mail, pela Devedora, de que os recursos aportados na Conta Centralizadora são provenientes da comercialização da unidade cuja liberação está sendo solicitada; e (ii) Comprovação de que o respectivo Contrato de Venda e Compra celebrado com o Adquirente da Unidade a ser liberada contém as disposições obrigatórias estabelecidas na Cláusula 10.3. e no Lastro. " Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI Vitoria Tower (25)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 28 de julho de 2026.

**Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna** - Diretor de Securitização

CHACINA

# Operação na Baixada Santista após morte de PM teve 'letalidade seletiva'

FAUSTO MACEDO
E FELIPE DE PAULA/AE

Entre julho de 2023 e abril de 2024, a Polícia Militar de São Paulo deflagrou na Baixada Santista as Operações Escudo e Verão, consideradas as ações mais letais no Estado desde o Massacre do Carandiru (111 mortos, em 1992), e os Crimes de Maio (guerra contra o PCC, em 2006, com 564 mortos, entre os quais 59 agentes públicos). As duas operações na Baixada fizeram 84 mortos, entre eles três policiais militares.

Três anos depois, um estudo do Instituto Vladimir Herzog estima que as ofensivas custaram pelo menos R$ 349 milhões aos cofres públicos, considerando despesas com a mobilização policial, sistema de Justiça e perícias, além de sustentar que as ações reproduziram a lógica das chamadas "operações vingança", desencadeadas após a morte de policiais e marcadas pelo "uso intensivo da força letal".

Ao Estadão, a Secretaria da Segurança Pública informou que "as ações foram realizadas para combater o crime organizado e o tráfico de drogas na Baixada Santista, resultando na prisão de 2.162 criminosos, dos quais 876 eram foragidos da Justiça. As operações também possibilitaram a apreensão de 238 armas de fogo, incluindo fuzis de uso restrito, além da retirada de aproximadamente 3,54 toneladas de drogas das ruas".

A cronologia elaborada pelo Instituto Vladimir Herzog no relatório de 99 páginas aponta um padrão nas mortes registradas durante as operações. O primeiro pico ocorreu entre 27 e 31 de julho de 2023, logo após o assassinato do policial da Rota Patrick Bastos Reis, baleado na região do tórax durante um patrulhamento na Vila Zilda, no Guarujá. Ele foi o primeiro integrante da tropa de elite da Polícia Militar morto em serviço desde 1999.

Em fevereiro de 2024, na esteira de Patrick, novos aumentos foram registrados, incluindo dias com sete civis mortos. Para os pesquisadores, "a concentração temporal das ocorrências e a repetição desse comportamento ao longo das três fases da ofensiva reforçam a hipótese de ações retaliatórias, em detrimento de operações orientadas por inteligência policial".

A pesquisa estima que a ofensiva gerou custo superior a R$ 349 milhões aos cofres públicos. O cálculo considera despesas com a mobilização da Polícia Militar, a atuação do sistema de Justiça, perícias, encarceramento, a perda de capital humano das vítimas e outros gastos associados às ações.

Segundo o estudo, cerca de R$ 91,9 milhões correspondem aos custos da atuação da PM; R$ 28,3 milhões, aos serviços da Polícia Técnico-Científica; R$ 159,4 milhões, ao processamento das 958 prisões realizadas durante as operações; e R$ 41,6 milhões, ao encarceramento dos presos. A estimativa também incorpora o impacto econômico decorrente da perda de capital humano provocada pelas mortes.

"A pesquisa estima que as Operações Escudo e Verão geraram custo superior a R$ 349 milhões aos cofres públicos. O cálculo considera despesas com a mobilização da Polícia Militar, a atuação do sistema de Justiça, perícias, encarceramento, a perda de capital humano das vítimas e outros gastos associados às ações. Segundo o estudo, cerca de R$ 91,9 milhões correspondem aos custos da atuação da Polícia Militar; R$ 28,3 milhões, aos serviços da Polícia Técnico-Científica; R$ 159,4 milhões, ao processamento das 958 prisões realizadas durante as operações; e R$ 41,6 milhões, ao encarceramento dos presos. A estimativa também incorpora o impacto econômico decorrente da perda de capital humano provocada pelas mortes", anota o relatório, coordenado pela historiadora Lorrane Rodrigues.

"Vale lembrar ainda que, apenas dentro da PMESP, a Operação Escudo sozinha custou 1% do orçamento liquidado em 2023 pela corporação, indicando como essa estratégia de guerra foi importante do ponto de vista institucional", pontua.

Os dados reunidos pelo instituto traçam um perfil das vítimas. Homens representam 98% dos mortos, cuja idade média é de 29 anos O levantamento identificou ao menos sete adolescentes entre 15 e 17 anos entre as vítimas. Dentre os civis mortos, 82% eram negros.

As periferias do Guarujá concentraram o maior número de mortes (41), seguido de Santos (34) e São Vicente (24).

O relatório também reúne denúncias de tortura, invasões de residências sem mandado judicial, destruição de bens, ameaças a moradores, restrição da circulação de pessoas, agressões físicas, adulteração de cenas de crime e remoção de corpos antes da realização da perícia. Segundo o estudo, essas práticas dificultaram a produção de provas e comprometeram a apuração dos casos.

"A Ouvidoria da Polícia de São Paulo e a Defensoria Pública do Estado reforçam essa denúncia de adulteração das cenas.

Manhã Tarde Noite 29º 17º 65% 06:33 17:33 **INVERNO:** Sol com poucas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

CÂNCER

# Rio terá primeiro centro de radioterapia 'mais precisa'

DALILA SANTANA/AE

O Brasil ganhará seu primeiro centro de protonterapia, uma modalidade de radioterapia que utiliza prótons, em vez de fótons, para destruir as células tumorais, atuando, assim, de forma mais precisa na área doente e provocando menos danos em tecidos vizinhos saudáveis.

Previsto para iniciar os atendimentos em 2030, o centro será instalado na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Viabilizado por um investimento de R$ 132,6 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o serviço priorizará o tratamento de crianças e adolescentes com câncer atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora a protonterapia tenha sido aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 2017, o Brasil ainda não possui nenhuma unidade em funcionamento. Atualmente, pacientes que precisam desse tipo de tratamento dependem de centros no exterior, o que restringe o acesso devido ao alto custo.

O novo centro será desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Câncer (Inca) e, segundo a Finep, ao menos 60% da capacidade de atendimento será destinada a usuários do SUS.

Segundo a oncologista pediátrica Viviane Sonaglio, líder do Centro de Referência de Tumores Pediátricos do A.C.Camargo Cancer Center, a maior precisão da técnica contribui para reduzir os efeitos colaterais provocados pela radiação ao longo do tratamento.

A especialista ressalta que a protonterapia não substitui a radioterapia convencional em todos os casos. A indicação depende da localização do tumor e da proximidade com órgãos considerados críticos, situações em que a maior precisão da técnica pode oferecer vantagens importantes.

Por que o tratamento é importante para as crianças?

A chegada da protonterapia é considerada especialmente relevante para a oncologia pediátrica. Segundo o Inca, o Brasil registra cerca de 8 mil novos casos de câncer infantojuvenil por ano, e crianças são mais sensíveis aos efeitos da radiação por ainda estarem em desenvolvimento.

Nesse cenário, preservar os tecidos saudáveis durante o tratamento torna-se um dos principais desafios. De acordo com Viviane, cerca de 80% das crianças com câncer são curadas. A especialista explica que a protonterapia pode reduzir efeitos colaterais, como alterações no crescimento, déficits cognitivos, problemas cardíacos e auditivos, além do risco de desenvolvimento de um segundo câncer no futuro.

Quais tumores podem ser tratados?

Na oncologia pediátrica, os principais beneficiados pela protonterapia são pacientes com tumores localizados próximos a estruturas nobres, onde a preservação dos tecidos saudáveis faz maior diferença.

Segundo a especialista, tumores cerebrais estão entre as principais indicações, principalmente em crianças pequenas. Também podem se beneficiar alguns tumores da medula, sarcomas e rabdomiossarcomas (tumores que se original em células musculares) localizados próximos ao coração.

Embora seja uma tecnologia mais precisa, a protonterapia não aumenta, necessariamente, as chances de cura em comparação com a radioterapia convencional. "Quando falamos em protonterapia na criança, pensamos muito mais em um melhor desfecho relacionado à toxicidade do tratamento do que em aumento da taxa de cura", afirma Viviane.

MEDICAMENTO

# Anvisa aprova 5 novas canetas para tratamento da obesidade

GEOVANNA HORA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem, o registro de cinco novos medicamentos injetáveis à base de semaglutida, princípio ativo de canetas utilizadas no tratamento do diabetes tipo 2 e da obesidade.

As autorizações foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e são válidas para os seguintes produtos:

- Orsema, da Ranbaxy;
- Owozy, da Ávita Care;
- Seemasun, da Sun Pharma;
- Semavy, da Cosmed;
- Zempneo, da Brainfarma.

A Anvisa informou que os medicamentos foram registrados por comparação com o produto de referência Ozempic e são indicados para o tratamento de adultos com diabetes mellitus tipo 2 insuficientemente controlado.

"Os novos dispositivos injetáveis foram autorizados para uso complementar à dieta e exercícios, quando o uso de metformina é considerado inapropriado devido a intolerância do paciente ou contra indicações", afirmou a agência.

Na resolução, os produtos foram registrados como "medicamento novo (novo Ingrediente Farmacêutico Ativo - IFA - análogo)" por "via de desenvolvimento abreviado", modalidade regulatória destinada a medicamentos que utilizam um princípio ativo já conhecido e para os quais parte das evidências científicas pode ser aproveitada, desde que a empresa comprove a qualidade, a segurança e a eficácia do produto.

As apresentações aprovadas consistem em soluções injetáveis para aplicação subcutânea, acompanhadas de caneta aplicadora e agulhas.

Em agosto do ano passado, a Anvisa passou a priorizar a análise de medicamentos à base de semaglutida e liraglutida, devido a um pedido do Ministério da Saúde e à necessidade de abastecimento do mercado nacional. Para isso, foi publicado um edital de chamamento.

Paralelamente, a agência colocou em prática um plano de ação com 125 iniciativas para reduzir as filas de concessão de registros de medicamentos e diminuir o tempo de análise desses pedidos.

"Essa mobilização foi decisiva para acelerar o processo de aprovação de novas canetas: 11 dos 24 medicamentos sintéticos e biológicos parte do edital já tiveram sua análise concluída, resultando em seis medicamentos aprovados", disse a Anvisa.

Segundo a agência, o processo de avaliação inclui a realização de estudos clínicos, a análise de documentação e a inspeção da linha estéril de produção.

A agência acrescentou que o aumento no número de pedidos de registro está relacionado ao desenvolvimento de versões sintéticas do hormônio natural GLP-1 e à expiração das patentes de alguns medicamentos nos últimos anos.

DUQUE DE CAXIAS

# Pais confessam ter matado recém-nascido na Baixada

A mãe do recém-nascido encontrado morto em Duque de Caxias, na baixada fluminense, Larissa Monteiro da Costa, de 22 anos, e o pai, Bruno Lucas Ribeiro da Silva, de 29 anos, confessaram o assassinato da criança em depoimento à Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). O Estadão tenta localizar a defesa do casal.

O crime foi descoberto após Larissa passar mal e ir ao Hospital Municipalizado Adão Pereira Nunes, na zona norte do Rio. A Polícia Militar foi acionada pela equipe do hospital e encontrou o corpo do recém-nascido em um cômodo nos fundos da casa.

Em depoimento gravado pelos policiais, eles confirmam que o bebê foi asfixiado logo após o nascimento. Os dois, no entanto, apresentam versões contraditórias. Um atribui ao outro a autoria do crime. O casal responde por homicídio qualificado.

Larissa disse que não desejava manter a criança. No dia do nascimento, ao perceber o sangramento e o início do trabalho de parto, acionou o companheiro. O bebê nasceu sobre um pedaço de papelão, na varanda da casa da avó da gestante, em Duque de Caxias.

Ainda de acordo com o depoimento, ao encontrar o recém-nascido chorando, o casal decidiu matá-lo. "A criança saiu com vida. Eu a escutei chorando e pedi ao pai que a retirasse do local. Ele ficou perdido, não sabia o que fazer. Eu disse: 'eu não quero a criança', e ele falou: 'então, eu também não quero'", relatou a mulher à polícia.

Larissa relata que ela tentou asfixiar o bebê, mas que, após tentativas sem sucesso de matar a criança, foi tomar banho e teria deixado o recém-nascido com Bruno Lucas. Ele teria retornado em seguida e dito que o bebê havia resistido antes de morrer.

O pai da criança, contudo, atribui a responsabilidade da morte exclusivamente à mulher. Ele diz que teria "ficado em choque" sem saber o que fazer após o nascimento do filho.

"Ela botou o pano na cabeça dele e ficou apertando, pressionando. Ele parou (de chorar) e depois chorou de novo. Ela fez de novo. Quando a gente levantou e foi para lá, foi quando ela asfixiou", afirmou o homem.

O casal teve a prisão em flagrante convertida em prisão preventiva na terça-feira passada, após pedido do Núcleo de Atuação perante a Central de Audiência de Custódia do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (NACAC/MPRJ). A Justiça negou ainda o pedido de prisão domiciliar apresentado pela defesa de Larissa.

RESTAURA BIOMAS

# Projeto busca restaurar 600 mil hectares de vegetação nativa

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Uma coalizão de organizações ambientais lança nesta semana o projeto Restaura Biomas, iniciativa para ampliar a recuperação da vegetação nativa no Brasil. O anúncio ocorre durante a VI Conferência Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE 2026), realizada em Brasília.

A liderança é da União pela Restauração, articulação criada em 2021 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26). O projeto é executado pelo World Resources Institute (WRI) Brasil em parceria com Conservação Internacional (CI-Brasil), The Nature Conservancy (TNC) Brasil e WWF-Brasil.

A iniciativa pretende contribuir para que o país alcance o compromisso de restaurar 12 milhões de hectares de vegetação nativa até 2030, meta assumida em acordos internacionais e prevista na Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg).

A previsão é colocar 600 mil hectares de vegetação nativa em processo de restauração, promover práticas sustentáveis em 1,2 milhão de hectares, reduzir o equivalente a 34 milhões de toneladas de dióxido de carbono ($CO_2e$) e beneficiar diretamente 150 mil pessoas, das quais pelo menos 35% serão mulheres.

Para alcançar esses resultados, o planejamento inclui fortalecer políticas públicas, ampliar investimentos, estruturar cadeias produtivas, aprimorar a governança e conectar iniciativas já existentes nos territórios.

Segundo a líder de Restauração do WWF-Brasil, Taruhim Quadros, a iniciativa considera as diferenças entre os biomas brasileiros para ampliar a efetividade das ações.

"Olhamos para os seis biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. Não existe uma solução única em todo o país. Cada bioma e cada território tem características ecológicas, sociais e produtivas próprias. Por isso, o projeto busca fortalecer essas condições para que a restauração avance em todo o Brasil, respeitando e conhecendo também essas diferenças", disse Taruhim.

Ela explica que o WWF-Brasil será responsável pela frente de finanças para restauração, desenvolvendo modelos de negócios, mecanismos financeiros e estudos que apoiem decisões de investimento, além de aproximar governos, empresas, investidores, organizações da sociedade civil e comunidades.

Para o vice-presidente sênior da Conservação Internacional (CI-Brasil), Mauricio Bianco, ampliar a escala da restauração é uma condição para enfrentar as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade.

"Nossa estratégia é estruturada em três abordagens complementares: a escala piloto, que implementa projetos diretamente no território e fortalece a cadeia produtiva da restauração em parceria com organizações e comunidades locais; a escala de mercado, voltada para destravar fluxos financeiros e ampliar investimentos na agenda; e a escala de política pública, que apoia a implementação do Código Florestal e da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg)", explica Bianco.

VIOLÊNCIA

# Quatro suspeitos e um PM morrem em tiroteio na Avenida Brasil

Quatro suspeitos e o policial militar Fernando Placido Roberto Rocha, de 38 anos, morreram na madrugada de ontem, durante uma perseguição seguida por troca de tiros entre policiais do batalhão de Polícia de Choque e criminosos na Avenida Brasil, uma das principais vias expressas do Rio de Janeiro, zona norte da cidade.

Além dos cinco mortos, outro policial militar, uma pessoa não identificada e outros dois suspeitos foram baleados. Os feridos foram levados ao Hospital Estadual Getúlio Vargas, Hospital Federal de Bonsucesso e Hospital Municipal Salgado Filho.

De acordo com a Secretaria de Estado de Polícia Militar, a ocorrência teve início em Guadalupe, após equipes do Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE) tentarem abordar dois veículos que saíram da comunidade Vila Kennedy e seguiam em direção à Penha.

Durante a tentativa de abordagem, os ocupantes desobedeceram à ordem de parada, efetuaram disparos contra os policiais e fugiram, dando início a um cerco tático que resultou em confronto.

Dois policiais militares foram feridos e socorridos ao Hospital Estadual Getúlio Vargas. Uma terceira vítima, atingida na altura da Penha, também foi socorrida para a mesma unidade hospitalar.

"Infelizmente, um dos policiais, o cabo R. Rocha, não resistiu aos ferimentos. Na ação do BPChq em apoio ao BPVE, quatro suspeitos morreram e dois ficaram feridos, sendo encaminhados ao Hospital Federal de Bonsucesso e ao Hospital Municipal Salgado Filho", afirmou a PM.

De acordo com a PM, seis fuzis, três pistolas e uma granada foram apreendidos após o confronto. O policial ingressou na Corporação em 2019 e era lotado no Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE).

UNIVERSIDADE

# UFF recebe maior feira científica da América Latina

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Universidades, instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento, museus e empresas privadas estão entre os 67 expositores que levaram estandes a Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, para a maior feira científica da América Latina.

A ExpoT&C começou na segunda-feira passada e vai até sábado (1º), no Campus Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (UFF), acompanhando a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Logo na entrada da feira, chama a atenção o estande da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que expõe diversos projetos dos alunos da graduação. O diretor de integração acadêmica e comunicação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Raphael Cavalcante, conta que a universidade focou em trazer pesquisas de produção de tecnologia.

"Uma parte do nosso estande veio do Museu Nacional e a outra parte a gente trouxe da graduação. Aqui, vocês vão encontrar impressora 3D, submarino, foguete, carro, avião", disse Cavalcante.

Para ele, a feira traz para o público jovem mais conhecimento sobre iniciação científica. "Fica bem claro que ciência se faz desde pequeno. Essa é a mensagem que a gente quer passar aqui".

Um dos projetos apresentados no estande da universidade é um aeromodelo projetado pelo grupo Minerva Aerodesign. As equipes Minerva da Engenharia da UFRJ são grupos de extensão e de competição acadêmica formados por estudantes da Escola Politécnica.

Arthur Chehab Lasmar, estudante de graduação de engenharia elétrica, conta sobre o projeto de avião apresentado por sua equipe. O objetivo era a eficiência estrutural.

"A gente tinha que fazer um avião mais leve para levar uma maior quantidade de carga. Esse avião pesa, ao todo, 4,5 kg e consegue levar entre 9 e 10 kg", afirmou Arthur, que disse estar orgulhoso de apresentar um projeto elaborado do zero por sua equipe.

PEDIU VOTO

# Justiça Eleitoral multa Lula em R$ 15 mil por propaganda antecipada

FABRÍCIA BRAGA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi condenado terça-feira, ao pagamento de multa no valor de R$ 15 mil por propaganda eleitoral antecipada em decisão da Justiça Eleitoral de São Paulo. O entendimento é de que o chefe do Executivo fez um pedido explícito de votos em favor das ex-ministras Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede) durante um evento realizado em 19 de maio deste ano. As duas são candidatas ao Senado por São Paulo.

Além da penalidade financeira, a decisão determina a retirada do vídeo com o discurso do canal oficial de Lula no YouTube. A representação foi apresentada pela Comissão Executiva Estadual de São Paulo do Partido Missão.

Durante o processo, Lula sustentou que o discurso possuía caráter institucional e negou ter feito pedido explícito de votos. Também pediu que eventual multa fosse fixada no patamar mínimo.

A Procuradoria Regional Eleitoral se manifestou pela procedência parcial da ação, defendendo a condenação apenas do presidente e a absolvição de Simone Tebet e Marina Silva, entendimento que foi acolhido pela Justiça Eleitoral.

Ao analisar o caso, o juiz concluiu que o trecho do pronunciamento em que Lula afirma que o público poderia, "um dia", "dar voto para as duas" ultrapassa os limites de uma manifestação política e caracteriza pedido explícito de apoio eleitoral antes do período permitido pela legislação.

Segundo a decisão, a utilização da expressão "dar voto para as duas", direcionada ao público presente e vinculada nominalmente às ex-ministras, configura propaganda eleitoral antecipada, prevista no artigo 36 da Lei das Eleições. Para o magistrado, a ressalva temporal feita pelo presidente ao usar a expressão "um dia" não descaracteriza a irregularidade.

Na avaliação do juiz, o conteúdo do discurso não pode ser interpretado como simples manifestação institucional ou opinião política. A decisão destaca que a própria literalidade da declaração é suficiente para caracterizar a infração, por representar um estímulo direto ao voto antes do início oficial da campanha eleitoral.

A Justiça também levou em consideração o contexto em que a declaração foi feita. Conforme o entendimento, o fato de o pedido ter sido realizado pelo presidente da República durante um evento oficial e no exercício do cargo amplia o alcance e a repercussão da manifestação, circunstância considerada na fixação da multa acima do valor mínimo previsto em lei.

Apesar de terem sido mencionadas por Lula durante o discurso, Simone Tebet e Marina Silva não foram responsabilizadas. O magistrado entendeu que não há provas de que as ex-ministras tenham participado da elaboração da fala, tido conhecimento prévio do conteúdo ou exercido qualquer controle sobre o pronunciamento.

De acordo com a decisão, a simples presença das duas no evento e o fato de terem sido citadas pelo presidente não são suficientes para justificar a aplicação de sanções. Por isso, a representação foi julgada improcedente em relação às ex-ministras.

DESVIO DE EMENDAS

# Congresso terá que explicar como punirá parlamentares

LAVÍNIA KAUCZ/AE

VICTOR PIERMONTE/STF

O ministro Flávio Di no (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), intimou o governo e o Congresso a especificarem como deputados e senadores podem ser punidos em caso de irregularidades na destinação de emendas parlamentares. O despacho foi proferido ontem, em nova ação movida pela Rede Sustentabilidade que defende o aumento da responsabilização dos parlamentares na execução dos repasses.

O prazo fixado pelo ministro é de dez dias, mas vence somente em 19 de agosto devido ao recesso do Judiciário. O Executivo, a Câmara dos Deputados e o Senado deverão apresentar qual é a atuação de cada agente em todas as etapas do ciclo da despesa, informando de que forma o parlamentar autor da emenda pode ser responsabilizado.

Na ação, a legenda sustenta que os parlamentares passaram a ter maior poder na destinação dos recursos públicos sem se submeter ao mesmo regime de controle que incide sobre os agentes públicos ordenadores de despesas.

Ou seja, segundo o partido, deputados e senadores têm o "bônus" de indicar as emendas sem o "ônus" de prestar contas. No caso de crimes de improbidade administrativa no Executivo, os ordenadores de despesas podem ser condenados à inelegibilidade e ter seus direitos políticos suspensos.

No despacho, Dino disse considerar "contraditório" que o parlamentar permaneça "imune aos mecanismos de controle quando sua própria atuação interfere diretamente na destinação e execução dessas verbas".

"Aquele que exerce poder sobre o ciclo da despesa não pode invocar independência ou prerrogativa do mandato parlamentar para se afastar dos mecanismos constitucionais e legais de controle", destacou.

O ministro ainda frisou que o Tribunal de Contas da União (TCU) é o responsável por julgar, no caso de recursos federais, as contas daqueles que geram prejuízo ao erário público. "Extrai-se de tal dispositivo que o dever de prestar contas recai sobre todos aqueles que, de algum modo, administram ou assumem responsabilidade pela gestão e aplicação de recursos públicos", acrescentou.

Rede quer equivalência entre parlamentares e ordenadores de despesas. No processo movido no Supremo, a Rede pede que a Corte reconheça que o parlamentar que indica emendas parlamentares impositivas exerce atribuição equivalente à do ordenador de despesas, submetendo-se aos mesmos deveres de transparência, motivação, declaração de inexistência de conflito de interesses e prestação de contas.

Também pede a suspensão da destinação de recursos a entidades privadas indicadas por parlamentares sem a prévia observância dos procedimentos públicos de seleção, como a licitação.

CORPORATIVISMO

# Lula critica CNJ e CNMP por corporativismo e defende reforma

LAVÍNIA KAUCZ
E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou, ontem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por defenderem interesses corporativos do Judiciário e do MP, e defendeu que é necessário reformar as instituições do País.

"Nós vamos ter de fazer novas reformas em todas as instituições, para que a gente possa conseguir o tipo de sociedade que nós todos queremos ter", disse o presidente, em uma cerimônia de sanção a projetos de combate à violência contra a mulher.

O presidente relatou ter imaginado uma "revolução" quando o CNJ foi criado, em 2004, durante o seu primeiro mandato presidencial "A verdade é que fizemos muito pouco, porque ficou uma corporação tomando conta de uma corporação", ele ponderou ontem. O mesmo ocorreu com o CNMP, também criado em 2004, segundo o petista.

Ao lado do ministro Alexandre de Moraes, que participou da solenidade na condição de presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), Lula defendeu que é preciso "mudar o comportamento do Congresso, do Judiciário, do Executivo e da polícia."

LITORAL E INTERIOR

# Vento em SP supera 120 km por hora e deixa dois mortos

ADRIANA VICTORINO E
JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Duas pessoas morreram durante os fortes ventos que atingiram o Estado de São Paulo ontem. A informação foi confirmada pela Defesa Civil, que disparou alerta sobre a ventania, ressacas no litoral e chuva de granizo, reflexo da passagem de uma frente fria. No interior, as rajadas superaram 120 km/h.

Em Santos, uma pessoa morreu após ser atingida por uma árvore. O município registrou ventos de 83,7 km/h. Outra morte foi registrada em Cesário Lange, no interior. Ainda não há informações sobre as identidades das vítimas. A Defesa Civil ainda apura a informação sobre uma terceira morte, em São Sebastião, no litoral norte.

A ventania paralisou as operações do Porto de Santos por mais de quatro horas, além de interromper a travessia de balsas entre Santos e Guarujá e entre Ilhabela e São Sebastião. A mudança no clima fez os banhistas saírem às pressas das praias. Vídeos nas redes sociais mostram a ventania sacudindo as árvores, levando faixas e papéis pelo ar e barcos à deriva.

Na capital, após o início da ventania dezenas de milhares de imóveis ficaram sem luz e voos foram cancelados no Aeroporto de Congonhas, na zona sul. Em Botucatu, uma árvore caiu sobre a rede elétrica e atingiu um carro, onde estava um casal, que foi resgatado pelos bombeiros.

Em Santos, o pico das marés foi de 1,64 metro às 13h40. A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que a navegação no estuário de Santos foi suspensa a partir das 12h45 e só foi retomada às 17h10. Uma boia de sinalização do canal de navegação chegou a ser deslocada pelo vento, mas foi reposicionada.

Na área do porto sob jurisdição da APS, houve a paralisação preventiva das operações na Ilha Barnabé, local especializado em granéis líquidos químicos e combustíveis, que foi retomada às 14h10. Houve várias quedas de árvore, sendo que uma de grande porte caiu no terminal de granéis líquidos do bairro de AlemoUm armazém de uma empresa que opera porto, onde já funcionou uma estrutura da Receita Federal, foi gravemente afetado.

A travessia de pedestres entre Santos e o distrito de Vicente de Carvalho (Guarujá) também parou devido aos ventos fortes. As operações serão retomadas somente após a cessação da ventania.

### LITORAL NORTE

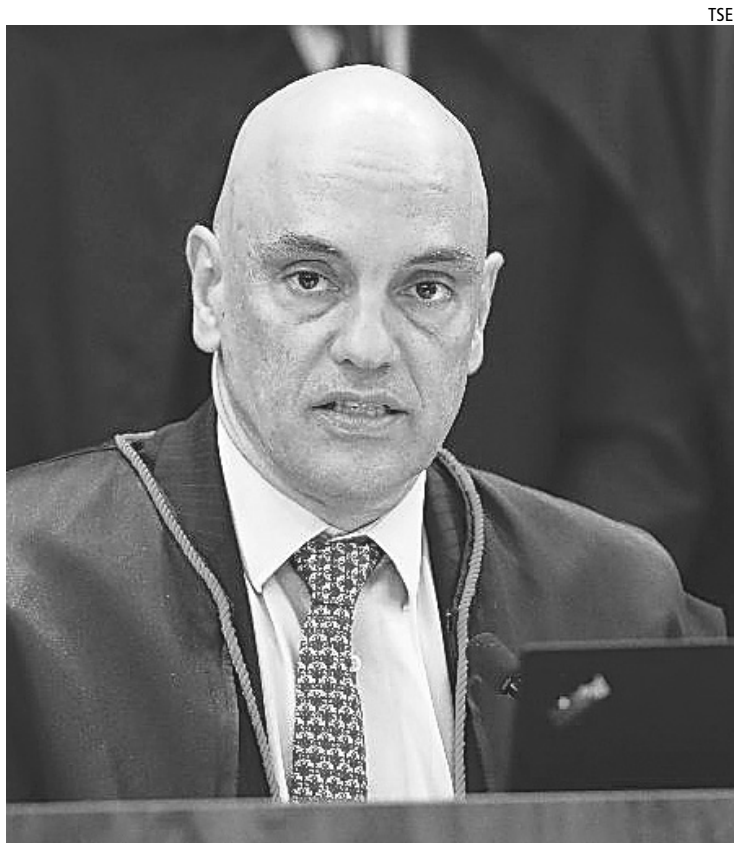
Em Ilhabela, no litoral norte, os fortes ventos provocaram o rompimento de poitas - peso fixo usado no fundo da água para segurar barcos - de algumas embarcações fundeadas no canal. Com isso, as embarcações ficaram à deriva e foram sendo levadas para praias e encostas em diferentes pontos do município.

CONVENÇÃO DO PL

# Defesa diz ao STF que Bolsonaro não autorizou a utilização de sua imagem

CAROLINA BRÍGIDO/AE

TSE



A defesa de Jair Bolsonaro informou ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ex-presidente não tinha conhecimento prévio sobre o vídeo exibido na convenção do PL no sábado passado. No lançamento oficial da candidatura de Flávio Bolsonaro, foram exibidas imagens e voz criadas por inteligência artificial (IA) de Jair Bolsonaro pedindo apoio ao filho.

A declaração é uma resposta ao questionamento feito na terça-feira, por Alexandre de Moraes(**foto**). O ministro queria saber se o ex-presidente tinha sido consultado previamente sobre o vídeo e se havia autorizado a exibição.

No despacho, Moraes afirmou que "a eventual concordância de Jair Messias Bolsonaro com a divulgação de um vídeo produzido por IA, e amplamente divulgado nas redes sociais, contendo sua imagem e declarações ostensivamente político-eleitorais constituiria nova e grave transgressão à decisão judicial, poucos dias após ser sancionado, e passível de reversão da prisão domiciliar para o regime fechado".

A defesa afirmou que Bolsonaro "não autorizou a utilização de sua imagem e voz para a produção do vídeo elaborado mediante inteligência artificial referido na decisão". E acrescentou que o cliente não poderia fazer isso, por estar com o direito de visitas suspenso pelo prazo de 30 dias, sem poder encontrar com os filhos. Os advogados ponderaram que, antes da restrição, os filhos do ex-presidente "sempre utilizaram sua imagem pública no âmbito da atividade político-partidária, reproduzindo fotografias, gravações, pronunciamentos, discursos, entrevistas e demais manifestações públicas, prática notória, contínua e jamais objeto de qualquer oposição por parte do titular desse direito".

Bolsonaro cumpre pena em decorrência da condenação por tentativa de golpe de Estado e foi proibido de se manifestar sobre política e de ter acesso a redes sociais.

A estratégia da defesa do ex-presidente é evitar que ele volte para a Papudinha, onde ele iniciou o cumprimento da pena. A transferência para a prisão domiciliar ocorreu diante da condição precária de saúde que o réu apresenta.

A resposta da defesa pode prejudicar Flávio Bolsonaro. Segundo as regras sobre inteligência artificial em campanhas, só é permitido o uso de imagens e áudios de uma pessoa se ela autorizar a prática. No entanto, a punição da Justiça Eleitoral, se for o caso, deve ser apenas o pagamento de multa e a ordem de retirada do conteúdo do ar.

ESCRAVIDÃO

# Trabalhadores são resgatados em condições degradantes

ALANA GANDRA/ABRASIL

Força-tarefa coordenada pela Auditoria-Fiscal do Trabalho resgatou 89 trabalhadores em condições degradantes durante a colheita de café em três propriedades rurais localizadas nos municípios de Alto Caparaó, Mutum e Santana do Manhuaçu, na Zona da Mata mineira.

A operação, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Polícia Federal (PF), reforça a importância da atuação integrada para coibir violações de direitos trabalhistas e combater trabalho em condições análogas à escravidão.

Todos os trabalhadores exerciam suas atividades sem registro em carteira e estavam submetidos a condições degradantes de trabalho e de alojamento.

A informação foi dada ontem à Agência Brasil pelo auditor-fiscal do Trabalho Wallace Pacheco, representante da Delegacia Sindical de Minas Gerais (DS-MG) e do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

"Em uma das propriedades, não havia trabalhadores alojados, em uma condição muito precária nas frentes. Todos estavam em informalidade, não se encontravam registrados, não tinham garantido o mínimo acesso a equipamentos de proteção individual (EPIs), não tinham acesso à situação sanitária na frente de trabalho", disse.

Pacheco destacou que além de exercerem suas atividades sem registro em carteira, havia homens e mulheres entre os trabalhadores que tinham que fazer suas necessidades no mato, "por absoluta impossibilidade ou omissão de fornecimento de instalações sanitárias nas frentes de trabalho".

Os trabalhadores estavam alojados em "condições muito ruins, degradantes mesmo", disse o auditor-fiscal do Trabalho.

## INDENIZAÇÃO

A força conjunta constatou falta de monitoramento das condições mínimas de alojamento nas duas propriedades. Durante a fiscalização, os empregadores foram notificados para promover a regularização, ou seja, registrar todas as pessoas e, imediatamente, fazer a rescisão indireta do contrato de trabalho desses trabalhadores, uma vez que a rescisão se dá por culpa do empregador, segundo Wallace Pacheco.

Será gerada para cada trabalhador, além das demais verbas rescisórias, também o aviso prévio indenizado que, normalmente, no contrato de safra, se tivesse tudo regular, não seria necessário se se estivesse tudo regular.

Duas das propriedades quitaram integralmente o que havia sido calculado pelos fiscais como verbas rescisórias para cada um. Uma das propriedades, entretanto, questionou os valores e quitou parcialmente as verbas referentes às horas dos empregados que constavam da relação encaminhada na notificação.

Caso a empresa não apresente provas, além das autuações decorrentes da situação degradante de trabalho, ela será penalizada também por falta de pagamento integral das verbas rescisórias e encaminhada posteriormente para o Ministério Público Federal, em relatório, com especificação dessa situação.

Até o momento, os trabalhadores receberam R$ 654.600,00 em verbas rescisórias. Faltam ainda ser quitados em torno de R$ 180.200,00. Essa é a diferença que um dos empregadores questiona e que, agora, a força tarefa vai apurar de forma mais detalhada.

## AUTUAÇÕES E MULTAS

Caso se confirme o que foi apurado ao longo da fiscalização, a empresa sofrerá outras autuações em decorrência dessa omissão.

Pacheco informou que as três empresas serão autuadas com base no Artigo 444 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que trata da livre negociação entre patrão e empregado, sem violar a lei, que vai descrever todas as condições encontradas naquele ambiente de trabalho que caracterizaram uma condição laboral degradante.

As empresas serão autuadas ainda de acordo com o Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, que tipifica o crime de reduzir alguém à condição análoga à de escravo, por meio de trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes ou restrição de locomoção. A pena prevista é de reclusão de 2 a 8 anos e multa.

O auditor-fiscal informou que os proprietários poderão sofrer ainda autuações relativas à falta de registro, não pagamento de salário, jornadas exaustivas.

"Nós temos diversas autuações relativas ao meio ambiente de trabalho, tanto nas frentes de trabalho, quanto nos alojamentos", afirmou.

Pacheco disse que assim que houver o julgamento do auto de infração, após a defesa do empregador, caso quite a multa no prazo inicial definido, terá 50% de desconto.

Independente do pagamento das multas decorrentes dos autos de infração, o empregador será incluído no cadastro de empregadores que foram flagrados submetendo trabalhadores a condições análogas de escravidão, mais conhecido como "lista suja".

## SEGURO-DESEMPREGO

Os 89 trabalhadores resgatados não estão mais trabalhando nas propriedades. Todos foram cadastrados também no sistema de seguro-desemprego e vão receber, a partir do mês de agosto, seis parcelas do seguro-desemprego, equivalentes a um salário mínimo cada, caso permaneçam sem nenhuma colocação.

"Caso tenham um emprego formal ou qualquer outro tipo de renda, o benefício é suspenso. Mas, não tendo emprego, eles terão o suporte, o amparo de, pelo menos, seis parcelas de um salário mínimo para cada um deles", esclareceu Wallace Pacheco.

Os que vieram de outros estados, como da Bahia, por exemplo, tiveram o custo total do transporte para sua localidade de origem suportado pelos empregadores. Para cada irregularidade cometida na área de segurança, os empregadores poderão pagar multas no valor de R$ 3.500 a R$ 3.600 cada. A área engloba o não fornecimento de equipamento de proteção individual e de instalações sanitárias.

Na área de alojamentos, houve multa para a falta de colchões, para a falta de armários, de camas adequadas, de local para higiene. "As multas vão se somando", explicou Pacheco. Há possibilidade de os empresários sofrerem multa administrativa do Ministério do Trabalho.

O Ministério Público do Trabalho, por sua vez, propôs um termo de ajuste de conduta, que foi aceito por duas empresas, que vão se ajustar para evitar situações semelhantes no futuro. Em relação à empresa que não aceitou, será proposta uma ação civil pública pelo MPT.

Para a Delegacia Sindical em Minas Gerais do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, operações como essa demonstram a relevância da Auditoria-Fiscal do Trabalho na proteção da dignidade humana e na promoção do trabalho decente, especialmente em setores historicamente marcados pela vulnerabilidade social.

A delegacia sindical destaca que o combate ao trabalho análogo à escravidão depende da continuidade das ações de fiscalização, da atuação integrada entre os órgãos públicos e da responsabilização dos empregadores que desrespeitam a legislação trabalhista.

Além das operações de resgate, a prevenção e a conscientização da sociedade são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade dos trabalhadores e impedir novas violações de direitos.

POLITICAGEM

# EUA: Brasil rejeita prorrogação de emergência nacional

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governo brasileiro repudiou na terça-feira passada a decisão dos Estados Unidos de prorrogar por mais um ano a declaração de emergência nacional em relação ao Brasil.

Em nota divulgada pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, o Executivo classificou como infundadas as justificativas apresentadas pela Casa Branca e reafirmou a soberania nacional e a independência entre os Poderes.

Segundo a manifestação oficial, a decisão estadunidense repete acusações sem respaldo nos fatos ao sustentar que o Brasil representa uma ameaça à segurança nacional, à política externa e à economia dos Estados Unidos.

Na nota, o governo brasileiro afirma que a declaração "reitera argumentos infundados e inverídicos" ao mencionar supostas violações à liberdade de expressão, aos direitos humanos e alegações de perseguição política a um ex-presidente brasileiro, sua família e apoiadores.

O Executivo também declarou que "é inteiramente descabido caracterizar o Brasil como ameaça aos Estados Unidos, especialmente à luz dos históricos laços diplomáticos e da amizade que une os dois povos".

Ainda de acordo com a Secom, as acusações já foram amplamente rebatidas em reuniões entre autoridades dos dois países. O governo ressaltou que o Poder Judiciário brasileiro atua de forma independente e em conformidade com a Constituição Federal.

## MEDIDA RENOVADA

Na terça-feira, a Casa Branca anunciou a prorrogação, por mais um ano, da emergência nacional em relação ao Brasil, mantendo em vigor a ordem executiva assinada pelo presidente Donald Trump em 30 de julho de 2025.

Após a publicação no Federal Register, o diário oficial do governo estadunidense, e o encaminhamento ao Congresso dos Estados Unidos, a medida permanecerá em vigor pelo menos até 30 de julho de 2027.

Na justificativa, o governo estadunidense afirma que continuam existindo as condições que motivaram a edição da Ordem Executiva 14323. Segundo essa ordem, políticas e ações adotadas pelo governo brasileiro representam uma ameaça à segurança nacional, à política externa e à economia dos Estados Unidos.

A Casa Branca também voltou a acusar autoridades brasileiras de restringirem a liberdade de expressão de cidadãos e empresas estadunidenses, de promoverem violações de direitos humanos e de adotarem medidas que afetariam interesses dos Estados Unidos.

O texto cita ainda decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionadas à remoção de conteúdos em plataformas digitais e à prisão de pessoas por manifestações, classificadas pelo governo estadunidense como atos de censura. O documento também repete a alegação de que um ex-presidente brasileiro, familiares e apoiadores estariam sendo alvo de perseguição política.

## ESCALADA

A renovação da emergência nacional ocorre após um ano de agravamento das tensões entre Brasília e Washington. Desde a edição da ordem executiva, em julho de 2025, a administração Trump adotou uma série de medidas contra o Brasil, incluindo a abertura de investigações comerciais, a imposição de tarifas sobre produtos brasileiros e críticas às decisões do STF sobre moderação de conteúdo em plataformas digitais e o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em resposta, o governo brasileiro intensificou as negociações diplomáticas com autoridades estadunidenses e contestou as medidas na Organização Mundial do Comércio (OMC), sob o argumento de que as tarifas violam regras do comércio internacional. Integrantes do Executivo também têm reiterado que o Judiciário atua de forma independente, enquanto o STF sustenta que suas decisões seguem a Constituição e a legislação brasileira.

Apesar das tratativas diplomáticas, as medidas adotadas pela administração estadunidense foram mantidas e ampliadas ao longo do último ano. A nota divulgada pela Secom representa a primeira manifestação oficial do governo brasileiro após o anúncio da prorrogação da emergência nacional.

SISTEMA ELEITORAL

# TSE reafirma mecanismos de segurança das urnas eletrônicas

FABRÍCIA BRAGA/AE

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) voltou a destacar ontem, as camadas de segurança que cercam o sistema eletrônico de votação brasileiro, em meio à intensificação de novas críticas direcionadas às urnas eletrônicas. A nova manifestação da Corte ocorre dias após o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (**foto**) voltar a fazer declarações sobre o sistema eletrônico de votação durante um encontro com representantes diplomáticos.

LULA MARQUES/ABRASIL

Na ocasião, o pré-candidato à Presidência afirmou que as urnas eletrônicas brasileiras teriam ligação com equipamentos da empresa venezuelana Smartmatic, tese que já havia sido rebatida pela Justiça Eleitoral. O TSE ressaltou que o sistema eletrônico de votação, adotado nacionalmente desde 1996, completa 30 anos em 2026 e é submetido a uma série de procedimentos de auditoria antes, durante e depois das eleições.

Segundo o tribunal, todas as etapas são regulamentadas por normas específicas e permitem acompanhamento por partidos políticos, Ministério Público, Polícia Federal, universidades, entidades fiscalizadoras e especialistas credenciados.

O TSE destacou que um dos principais instrumentos de transparência é a abertura do código-fonte dos sistemas eleitorais. O procedimento ocorre um ano antes da votação e possibilita que instituições autorizadas examinem os programas responsáveis pelo funcionamento das eleições. Para o pleito deste ano, os códigos estão disponíveis para inspeção desde outubro de 2025 e permanecerão acessíveis até setembro, período que antecede a votação.

De acordo com a Corte Eleitoral, representantes de diferentes instituições já realizaram inspeções nos sistemas das eleições de 2026, entre eles integrantes do Senado Federal, da Sociedade Brasileira de Computação e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O União Brasil também participou do processo de fiscalização neste ciclo eleitoral.

Além da análise dos programas, o tribunal promove o Teste Público de Segurança, iniciativa que reúne especialistas em tecnologia para tentar identificar eventuais vulnerabilidades no sistema. Na etapa de confirmação, concluída em maio deste ano, o TSE informou que nenhuma das verificações apontou falhas capazes de comprometer o sigilo do voto ou alterar o resultado das eleições. Desde a criação do teste, em 2009, segundo a Corte, não foram identificadas vulnerabilidades que colocassem em risco a integridade do processo eleitoral.

Outro procedimento destacado pelo tribunal é a cerimônia de assinatura digital e lacração dos sistemas. Nessa fase, realizada antes da distribuição das urnas aos locais de votação, os programas eleitorais são inseridos nos equipamentos, testados e protegidos por lacres físicos produzidos pela Casa da Moeda. Também são gerados os chamados hashes, códigos digitais que permitem verificar se houve qualquer alteração nos sistemas após a homologação.

O TSE afirma que as auditorias continuam no próprio dia da eleição. Entre elas estão o Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas, o Teste de Integridade com Biometria e o Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais, procedimentos públicos destinados a comprovar que os equipamentos registram corretamente os votos e utilizam exatamente os programas previamente certificados.

A Corte também destaca outros mecanismos de conferência disponíveis durante a votação, como a emissão da zerésima, documento que comprova que a urna inicia a votação sem votos registrados; o Registro Digital do Voto (RDV), que armazena cada voto de forma anônima; e o Boletim de Urna (BU), impresso ao fim da votação e disponibilizado aos partidos políticos, permitindo que qualquer interessado compare os dados da seção eleitoral com os resultados divulgados oficialmente pelo tribunal.

CRÍTICA

# Caiado sobre Flávio em convenção: desceu a um nível rasteiro

VICTOR OHANA/AE

O pré-candidato do PSD à presidência da República, Ronaldo Caiado, criticou o adversário Flávio Bolsonaro (PL) pela convenção do seu partido realizada no sábado passado, com a participação do presidente da Argentina, Javier Milei. Em declarações ontem, em Brasília, Caiado disse que a convenção desceu a um "nível rasteiro".

"Foi uma convenção em que o candidato perdeu com a Argentina e perdeu com um avatar. Então, ali não tinha a presença do candidato. Não tinha proposta. E o pior: desce a um nível tão rasteiro de agressão que, de repente, ao invés de discutir os temas nacionais, nós estamos discutindo problemas de agressão aos Estados Unidos, com a Argentina", declarou.

Caiado também afirmou que "quem governa não herda liderança", ao se referir ao vídeo com uso de inteligência artificial (IA) com a imagem do ex-presidente Jair Bolsonaro. Candidato a vice de Caiado, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, disse que se espantou com a convenção e declarou que o evento fugiu dos objetivos esperados pela sociedade brasileira.

"Eu vi com muito espanto a convenção", disse Kassab. "A apresentação em inteligência artificial (IA) do ex-presidente não contribui, porque nós queremos saber o que pensa o candidato Flávio, não o seu pai, através de inteligência artificial."

Caiado e Kassab falaram com a imprensa após uma reunião com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão (Abert) e com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), onde receberam um documento com pautas das entidades.

IRAQUE

# Jordânia intercepta mísseis do Irã enquanto EUA e Arábia atacam

O Irã lançou uma série de mísseis contra forças americanas no Oriente Médio na manhã desta quarta-feira, enquanto os Estados Unidos se uniram à Arábia Saudita para atacar milícias apoiadas por Teerã no Iraque, matando pelo menos 20 combatentes

A Guarda Revolucionária do Irã afirmou, em nota divulgada pela agência estatal iraniana Irna, que disparou mísseis balísticos contra a Base Aérea de Muwaffaq Salti e o quartel-general do Comando Central das Forças Armadas dos EUA na Jordânia.

O Exército da Jordânia, por sua vez, disse que cinco mísseis iranianos foram interceptados e destruídos. Não houve relatos imediatos de vítimas ou danos.

Pouco depois, as Forças Armadas dos EUA anunciaram que caças americanos e sauditas atingiram vários locais de logística e armazenamento de armas no leste do Iraque, em resposta aos supostos ataques contra a Arábia Saudita.

Nos últimos dois dias, Riad acusou as milícias iraquianas de lançar drones contra suas instalações petrolíferas. Um grupo que reúne diversas milícias iraquianas inicialmente negou as acusações, enquanto os rebeldes houthis, do Iêmen, também aliados do Irã, afirmaram ter atacado instalações de energia sauditas como parte de um conflito separado, mas relacionado.

O Ministério da Defesa da Arábia Saudita afirmou que o país "não busca uma escalada, mas responderá a qualquer agressão".

As Forças de Mobilização Popular (PMF, na sigla em inglês), uma coalizão de grupos armados majoritariamente xiitas e apoiados pelo Irã que está oficialmente sob o comando do Exército do Iraque, afirmaram que pelo menos 20 combatentes foram mortos e 32 ficaram feridos nos ataques durante a madrugada.

Os grupos que compõem as PMF participaram da luta contra o Estado Islâmico depois que o grupo extremista tomou grandes áreas do Iraque em 2014. O governo iraquiano posteriormente designou as PMF como uma "formação militar independente" dentro das Forças Armadas, mas, na prática, as milícias têm ampla autonomia e algumas já atacaram instalações dos EUA.

Em nota, o gabinete do presidente iraquiano, Nizar Amidi, condenou os ataques aéreos realizados pelos EUA e pela Arábia Saudita, classificando-os como "um ataque inaceitável e uma violação flagrante da soberania do Iraque, ao atingir suas instituições oficiais de segurança".

O comunicado também afirmou que o Iraque não deve ser uma "plataforma de lançamento ou uma arena para ataques contra países vizinhos ou para a resolução de disputas regionais e internacionais". A nota pediu ainda diálogo e redução das tensões.

O primeiro-ministro iraquiano, Ali al-Zaidi, convocou uma reunião de emergência do Conselho de Segurança Nacional do país nesta quarta-feira para discutir os ataques.

Dois funcionários do governo iraquiano, que falaram sob condição de anonimato, disseram que uma visita de al-Zaidi à Arábia Saudita, prevista hoje, foi adiada por tempo indeterminado.

A escalada em várias frentes, após vários dias de relativa calmaria, aumentou o risco de um retorno a uma guerra em larga escala. O episódio também destacou a dificuldade de encerrar um conflito de cinco meses que abalou a economia mundial e é impopular entre os americanos. Além disso, provavelmente ampliará as preocupações de que os EUA estejam reduzindo ainda mais seus já limitados estoques de munições sofisticadas, necessárias para defender suas bases e aliados.

Antes da mais recente escalada, mediadores haviam demonstrado otimismo em relação à possibilidade de levar os EUA e o Irã de volta à mesa de negociações. Um acordo provisório fracassou nas últimas semanas devido à retomada dos combates no Estreito de Ormuz, uma via marítima crucial para o abastecimento global de energia que voltou a ser efetivamente fechada por ataques iranianos.

As novas hostilidades fizeram os preços do petróleo dispararem. O petróleo Brent, referência internacional, subiu 3,1%, para US$ 84,58 por barril.

CLIMA

# Nova onda de calor volta a Europa em meio a incêndios

Dezenas de milhares de pessoas que abandonaram suas casas devido aos enormes incêndios florestais que devastaram Espanha e França começaram a retornar ontem, embora uma nova onda de calor e vento tenham reacendido as chamas nos arredores de Bordeaux.

Enquanto a Espanha suspendeu a ordem de evacuação em todos os municípios da província de Ávila, perto de Madri, as altas temperaturas retornaram a Gironda, no sudoeste da França, com a brisa marítima alimentando um incêndio florestal de intensidade incomum.

Após dias de angústia com as chamas, que consumiram mais de 120 mil hectares nos dois países, moradores e turistas desabrigados retornaram às suas cidades para encontrar, em alguns casos, suas casas destruídas e, em outros, o alívio de saber que não haviam perdido tudo.

"Não tenho dinheiro, não tenho documentos, não tenho casa", disse o aposentado José Fernández, de 74 anos, à Agence France-Presse ao se deparar com os móveis queimados, paredes parcialmente desabadas e montanhas de cinzas no que antes era sua casa em Pelayos de la Presa, perto de Madri.

"Tudo se foi", lamentou Fernández, com os olhos marejados, enquanto caminhava pelos restos carbonizados de 35 anos de vida.

As autoridades suspenderam a ordem de evacuação, mas a cidade ainda estava parcialmente vazia. Quase 15 famílias perderam suas casas para o "monstro" do fogo, disse o prefeito de Pelayos de la Presa, Antonio Sin.

Desde terça-feira passada, cerca de 24 mil pessoas começaram a retornar para suas casas na região de Madri e na província de Ávila, epicentros dos incêndios, que estão entre os maiores já registrados na Espanha.

Na França, dezenas de milhares de pessoas também foram autorizadas a retornar para suas casas na região vinícola de Bordeaux, afetada pelo maior incêndio florestal no país desde 1949, com 42 mil hectares queimados e mais de 220 mil deslocados.

Uma densa fumaça voltou a cobrir a parte norte do balneário de Lanton, a oeste de Marcheprime, município no epicentro do incêndio, cerca de 30 km a oeste de Bordeaux.

Perto dali, as chamas contornam um campo que serve de aceiro - faixa sem vegetação usada para conter o avanço do fogo -, enquanto os bombeiros lutam contra faíscas e um vento intenso sob o calor escaldante para impedir que o fogo se alastre.

A situação parecia se estabilizar, mas as autoridades francesas e espanholas alertaram para condições desfavoráveis durante o dia, que ameaçavam alimentar novos focos de incêndio.

Após uma breve queda nas temperaturas, o calor retornou nesta quarta-feira, com o termômetro atingindo 35°C em Bordeaux ao meio-dia. A Météo-France informou que quarta-feira seria o dia mais quente e seco da semana, com elevado risco de incêndios florestais em todas as regiões da França.

GUERRA

# Iraque e Irã condenam ataques conjuntos de EUA e Arábia Saudita

PEDRO LIMA/AE

O governo do Iraque condenou ontem os ataques dos Estados Unidos e da Arábia Saudita contra instalações das Forças de Mobilização Popular, conhecidas como Hashd al-Shaabi, classificando a ofensiva como uma "agressão inaceitável" e uma "flagrante violação" da soberania e da integridade territorial do país. Em comunicado publicado no X, o governo iraquiano afirmou que o bombardeio atingiu instituições oficiais de segurança, provocando mortes e feridos, e violou a Carta das Nações Unidas e o direito internacional.

Bagdá reiterou ainda que rejeita o uso do território iraquiano como base para ataques contra países vizinhos ou para disputas regionais e pediu que todas as partes respeitem a soberania do Iraque e privilegiem o diálogo para evitar uma nova escalada das tensões.

Também nesta quarta-feira, o Ministério das Relações Exteriores do Irã condenou "nos termos mais enérgicos" os ataques dos EUA e da Arábia Saudita, afirmando que eles representam "uma agressão flagrante contra a soberania nacional e a integridade territorial do Iraque".

Teerã acusou Washington e seus aliados de ampliarem o conflito no Oriente Médio, responsabilizando os Estados Unidos e parceiros regionais pelas "perigosas consequências" das ações. O governo iraniano também manifestou solidariedade ao povo e ao governo iraquianos e lamentou as mortes provocadas pelos bombardeios.

**ISRAEL**

Em outra frente, as Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês) acusaram o Hezbollah de promover uma "violação flagrante" do cessar-fogo no Líbano ao lançar, durante a madrugada, um drone explosivo contra um veículo de engenharia militar israelense na região de Ali al-Taher, dentro da chamada zona de segurança libanesa. Segundo os militares israelenses, não houve feridos, e as tropas permanecerão na área para impedir novos ataques do grupo.

ATAQUE

# Ucrânia diz ter atingido refinaria russa, após encontro Zelenski-Trump

Autoridades ucranianas afirmaram ontem que as forças do país atingiram durante a madrugada uma das maiores refinarias de petróleo da Rússia, no mais recente ataque de longo alcance, enquanto Kiev amplia a pressão econômica, militar e diplomática sobre Moscou.

Os ataques quase diários da Ucrânia com drones e mísseis de longo alcance, com armamentos desenvolvidos internamente, vêm atingindo instalações de petróleo russas e alimentando uma crise de combustíveis que constrange o Kremlin, mais de quatro anos após a invasão em larga escala do país vizinho.

Segundo o Estado-Maior das Forças Armadas da Ucrânia, a ofensiva provocou um incêndio na refinaria de Ryazan, com capacidade de cerca de 17 milhões de toneladas por ano e produção de gasolina, diesel, querosene de aviação e outros derivados. A unidade fica a cerca de 400 quilômetros do território ucraniano.

O ataque ocorreu horas depois de o presidente Volodimir Zelenski ter estado em Washington, na terça-feira, para conversas com o presidente dos EUA, Donald Trump, em mais um movimento para buscar apoio considerado crucial dos Estados Unidos na guerra contra um adversário muito maior.

O governador de Ryazan, Pavel Malkov, disse que seis pessoas foram levadas ao hospital após um ataque de drone. Segundo ele, destroços causaram incêndios em "instalações industriais" não identificadas.

"A Rússia precisa sentir que cada dia desta guerra só terá um custo mais alto para ela. Precisamos enfraquecer o agressor e manter a pressão para aproximar o fim desta guerra", afirmou Zelenski em uma publicação nas redes sociais.

Os recentes êxitos ucranianos de grande repercussão contra a Rússia impressionaram Washington e ajudaram a recompor a boa vontade dos EUA, após a relutância de Trump, no início de seu segundo mandato, em manter o apoio a Kiev. A postura havia levantado a possibilidade de Ucrânia e Europa terem de enfrentar sozinhas a agressão russa.

REINO UNIDO

# Novo premiê, Burnham promete consertar o sistema de assistência

O primeiro-ministro do Reino Unido, Andy Burnham, prometeu ontem que conseguirá fazer o que décadas de seus antecessores não conseguiram: reformar um sistema de assistência social "quebrado", sustentado por um setor público sobrecarregado e por empresas privadas com fins lucrativos.

Burnham, de 56 anos, afirmou que foi uma "grave omissão de dever" de sua geração de políticos não ter garantido um sistema de cuidados digno e acessível tanto para os indivíduos quanto para o Estado. "Eu acho que a assistência social na Inglaterra é tão injusta quanto o sistema de saúde americano", disse Burnham. "Os mais vulneráveis pagam com tudo o que têm."

O líder do Partido Trabalhista afirmou que buscará trabalhar com outras legendas para criar um Serviço Nacional de Cuidados, que funcionaria ao lado do Serviço Nacional de Saúde (NHS, na sigla em inglês), financiado pelos contribuintes e criado após a Segunda Guerra Mundial para oferecer atendimento médico gratuito a toda a população.

Burnham, que assumiu o cargo de primeiro-ministro na semana passada, afirmou que sua prioridade é enfrentar o acesso desigual aos serviços de assistência social para pessoas que necessitam de cuidados em razão da idade, de doenças ou de deficiência. Trata-se de uma questão urgente em um país com população envelhecida e um sistema público de saúde desgastado, além de um desafio que perseguiu governos anteriores tanto do Partido Trabalhista quanto do Partido Conservador.

"Vocês provavelmente estão com uma sensação de déjà vu", disse Burnham durante discurso em uma instituição de cuidados em Londres. "Não tenham essa sensação. Desta vez, nós vamos conseguir."

"É uma enorme falha do dever público que o Parlamento não tenha enfrentado este desafio, entre todos os outros", acrescentou, afirmando que "os políticos colocaram a disputa partidária acima da solução desse problema".

JAPÃO

# Cheiro de gás detectado em shopping após explosão, e número de mortos chega a 18

A explosão que provocou o desabamento de parte do shopping Aeon Mall, em Kashima, após o terremoto que atingiu o sul do Japão na terça-feira, pode ter sido causada por gás, segundo os responsáveis pelo estabelecimento. Os tremores deixaram pelo menos 18 mortos, incluindo um estrangeiro. A explosão ocorreu no Aeon Mall cerca de 50 minutos após o registro de um terremoto de magnitude 6,8 na província de Kumamoto, na ilha de Kyushu, no sul do Japão, por volta das 16h27 no horário local.

O presidente da Aeon, Akio Yoshika, afirmou ontem, que quatro pessoas morreram no local. Ele acrescentou que há três desaparecidos. "Levamos muito a sério o fato de ter ocorrido uma explosão e de vidas preciosas terem sido perdidas", disse Yoshida em uma entrevista coletiva.

"A causa (da explosão) está sendo investigada, mas possivelmente foi provocada por gás", disse o executivo da empresa, Keiji Ohno

O secretário-chefe do Gabinete do Japão, Minoru Kihara, afirmou que equipes de resgate relataram ter sentido cheiro de gás no interior do edifício. "A causa detalhada está atualmente sob investigação", disse.

As buscas por sobreviventes entre os escombros do shopping continuam nesta quarta-feira. Kihara informou que mais de 100 policiais, 450 bombeiros e 170 soldados participam das tarefas de resgate no local. No entanto, o calor intenso aumentou a preocupação com as vítimas e com as equipes de resgate. Ainda não se sabe quantas pessoas podem estar desaparecidas.

Segundo a Aeon, o estabelecimento estava lotado quando o terremoto ocorreu. A empresa informou que cerca de 3 mil clientes foram levados para um estacionamento antes da explosão, que ocorreu em uma área onde algumas pessoas ainda trabalhavam.

O tremor provocou danos generalizados, derrubou residências, causou incêndios e deixou dezenas de pessoas sem acesso à energia elétrica e ao fornecimento de água. Quase 34,9 mil casas ainda estavam sem eletricidade e cerca de 15 mil sem água encanada, segundo autoridades de Kumamoto.